

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2020

1. Mensagem do Presidente

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia causada pelo COVID-19, a qual ainda se estende nos dias de hoje e continua a desafiar autoridades, sistemas de saúde, economias, empresas e a população ao redor do Mundo no sentido de contê-la. Na Mills, tomamos diversas ações para mitigar os impactos causados por essa crise, especialmente no que se refere à saúde dos nossos colaboradores, clientes, fornecedores e, consequentemente, das suas famílias. Considerando que nossos equipamentos foram e são utilizados em várias atividades chamadas essenciais, enfrentamos o desafio de manter as nossas operações em pleno funcionamento, adaptando as nossas rotinas de trabalho para incluir novos protocolos de saúde e segurança. Com a atuação de um Comitê Interno de perfil multidisciplinar, instituído especificamente para cuidar das ações relacionadas ao tema e inteiramente alinhado aos nossos valores e cultura organizacional, adequamos o trabalho operacional nas filiais, intensificamos os procedimentos de higiene e limpeza, implementamos o home office para atividades administrativas, reduzimos o número de viagens e suspendemos eventos com aglomerações. Também conseguimos, entre outras ações, manter as agendas de treinamento, de desenvolvimento e retenção de talentos e não reduzimos a força de trabalho por conta da pandemia, o que sabemos ser de suma importância não só para os nossos colaboradores e suas famílias, mas também para a retomada da economia brasileira. Todo esse esforço foi reconhecido pelo nosso time. Uma pesquisa interna comprovou que 95% dos nossos colaboradores se sentiram apoiados em suas atividades durante a pandemia e que 89% deles se sentem totalmente seguros trabalhando em nossas instalações. Essa capacidade de adaptação e de enfrentamento da crise causada pelo COVID-19 aliada à estratégia de diversificação da base de clientes da Mills implementada ao longo dos últimos anos, resultou em sólidos indicadores econômico-financeiros registrados ao fim de 2020. Mesmo com a redução de 4,1% do PIB Brasil, a Companhia fechou 2020 com aumento de 2,6% das suas receitas de locação e de 16,1% do seu Ebitda Ajustado (ambos sobre o ano anterior em bases combinadas), resultando também na interrupção, a partir do 3T20, de uma sequência de prejuízos trimestrais que se estendia há seis anos, fechando o 4T20 novamente com lucro líquido (R\$ 7,6 milhões). Na Unidade de Negócios Rental, responsável por 86% das receitas de locação da Mills em 2020, também avançamos na integração de filiais e aperfeiçoamos nossos processos de gestão de relacionamento com o cliente, com foco em aumentar a agilidade na apresentação de propostas comerciais e a eficácia na comunicação. Já na Unidade de Negócios Construção, atingimos R\$ 12,0 milhões de Ebitda Ajustado, superando a meta de *breakeven* buscada desde 2019, em linha com a estratégia de recuperação dessa unidade. Tais performances nos fazem acreditar que estamos no caminho certo de melhoria dos nossos serviços e resultados. Do ponto de vista financeiro, 2020 foi um ano de foco na preservação de caixa e na melhoria do perfil da dívida. Assim, suspendemos temporariamente alguns investimentos para enfrentamento da crise, implementamos a gestão matricial de despesas, renegociamos faturas com nossos fornecedores, atuamos na regularidade dos nossos recebimentos, alongamos R\$ 22 milhões de dívida então existente na Solaris e emitimos um total de R\$ 184 milhões em novas debêntures, o que tornou nosso endividamento mais barato e mais alongado, se comparado ao ano anterior. Com essas e outras ações, combinadas à performance das nossas unidades de negócio, encerramos 2020 com R\$ 378,9 milhões em caixa e endividamento bruto de R\$ 207,7 milhões, preparados para os próximos desafios e oportunidades. Cientes de que 2021 ainda será um ano de combate à pandemia e seus efeitos, as conquistas de 2020, juntamente com as expectativas para a economia brasileira em 2021 e os nossos projetos de melhoria, nos permitem olhar para frente com otimismo. Com a nossa atenção voltada para o crescimento e transformação da Companhia, buscaremos oportunidades de expansão dos negócios e de melhoria do nível de serviço prestado aos nossos clientes. Avançaremos nos investimentos em tecnologia e inovação, na adequação dos nossos equipamentos e na melhoria de processos, buscando tornar a Mills cada vez mais ágil e simples. Também atuaremos no desenvolvimento da nossa cultura organizacional e das nossas pessoas, base de tudo o que somos e de tudo o que queremos ser, bem como intensificaremos nossas iniciativas voltadas para ESG, buscando uma geração de valor de forma crescente e sustentável. Agradecemos aos nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento no ano de 2020, bem como o apoio dos nossos clientes, fornecedores, acionistas, conselheiros e demais públicos e parceiros. Boa leitura! **Sergio Kariya - Presidente da Mills.**

2. Descrição Geral do Negócio

Temos mais de 68 anos de história e somos a empresa pioneira em soluções para trabalhos em altura para os mais variados segmentos da economia, sendo a maior empresa de locação de plataformas áreas da América Latina e, com soluções de engenharia diferenciadas, a líder no mercado de fôrmas e escoramentos no Brasil. Estamos presentes em todo o território nacional, proporcionando uma relação mais próxima do cliente e rapidez no atendimento para prover a solução mais adequada para cada tipo de desafio. A qualidade diferenciada da formação do nosso time, aliada à experiência diversificada e parcerias internacionais com empresas líderes de mercado, nos permite entregar soluções customizadas e com a mais avançada tecnologia. Na unidade de negócios Rental, possuímos vários tipos de equipamentos, tais como: plataformas aéreas, geradores, compressores de ar e torres de iluminação. Atuamos na locação e vendas dos equipamentos, bem como de suas peças e componentes, e na assistência técnica para diversos segmentos do mercado, como indústria, comércio, infraestrutura, serviços e entretenimento, sempre maximizando benefícios e reduzindo riscos. Já a nossa unidade de negócios Construção atua basicamente na locação e venda de fôrmas e escoramentos para construção civil, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem. Nós desfrutamos de forte reputação em função da prestação de serviços de maneira consistente, confiável e com qualidade, observando todas as normas técnicas de segurança. Mantemos nosso compromisso de ser uma empresa completa, ágil e confiável.

3. Combinação de negócios entre Mills e Solaris

Em 10 de maio de 2019, foi concluída a combinação de negócios com a Solaris e foi celebrado o Acordo de Acionistas entre a Família Nacht, Southern Cross Group e Sullair Argentina. A combinação de negócios consolida o protagonismo da Mills no mercado brasileiro de locação de plataformas aéreas e resulta num *mix* de produtos mais atrativo, com uma frota total de aproximadamente 8 mil equipamentos, o que também gera uma maior capacidade para atender os seus mais de 6 mil clientes ativos e os potenciais clientes dos mais variados setores da economia e regiões do Brasil. Na mesma data, em decorrência da Combinação de Negócios, foram emitidas pela Companhia 76.056.038 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em favor dos acionistas da Solaris, os quais receberam, então, 0,4927615448 ações da Mills para cada 1 ação ordinária de emissão da Solaris. Com a otimização das operações, as melhores práticas de ambas as empresas e a absorção de sinergias, a Companhia tem melhores perspectivas de crescimento e rentabilidade, gerando valor para seus acionistas. A Companhia espera concluir a integração das filiais durante o ano de 2021 e capturar 100% das sinergias mapeadas, de aproximadamente R\$ 30 milhões por ano.

4. COVID-19

Em 20 de março de 2020, o Brasil entrou em estado de calamidade pública, quando os casos de contaminação por Covid-19 já se multiplicavam por todo o território nacional e em outros países. Na Mills, como mencionado anteriormente, contávamos desde fevereiro com o Comitê Interno de perfil multidisciplinar específico para tratar dos temas relacionados ao Covid-19, que coordenou todas as medidas emergenciais e definiu os protocolos de ação para o público interno. Todas as decisões relacionadas ao enfrentamento da crise gerada pelo Covid-19 foram implementadas respeitando uma política de Princípios e Parâmetros que foi construída entre o Conselho de Administração e Diretoria da Mills.

Principais ações tomadas na pandemia

<p>Saúde e segurança dos colaboradores, seus familiares e da sociedade em geral</p> <ul style="list-style-type: none"> Criação de um comitê interno multidisciplinar; Reforço da comunicação interna; Intensificação dos procedimentos de limpeza; Novos protocolos e políticas de trabalho. 	<p>Disciplina de capital, redução de despesas e performance de balanço</p> <ul style="list-style-type: none"> Suspensão de investimentos; Renegociação de dívidas; Ações para redução de gastos; Adoção, quando possível, de medidas do Governo Federal; Agilidade no processo decisório. 	<p>Continuidade das atividades comerciais e operacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> Manutenção das atividades praticamente todas as filiais; Base diversificada de receitas; Mapeamento de novas oportunidades de negócios. 	<p>Bem estar dos colaboradores</p> <ul style="list-style-type: none"> Busca pela preservação de emprego e renda; Treinamentos online; Campanhas de vacinação; Programa de apoio ao colaborador; Redução de circulação/exposição de pessoas.
---	---	---	---

5. Nova estrutura organizacional

Em 22 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a eleição da Sra. Adriana Bianca como Diretora de Tecnologia e Transformação Digital na Mills. Adriana Bianca é formada em Matemática com ênfase em Computação e Estatística pela Universidade de SP (USP), com especializações em Gestão na FGV-SP, Kellogg e IESE Business School. Anteriormente à Mills, atuou na liderança de Tecnologia em multinacionais como AGFA, Henkel, BP (antiga British Petroleum) e BP Bunge Bioenergia, em posições nacionais e LATAM. Adicionalmente, atuou como líder da área de Ethics & Compliance na BP entre 2014 e 2019. A criação desta nova Diretoria irá fortalecer as iniciativas e projetos de TI, data mining e transformação digital na Companhia, que suportarão as iniciativas de crescimento e melhoria nos serviços oferecidos aos clientes da Mills.



6. Desempenho Operacional e Financeiro Consolidado

R\$ milhões	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita líquida de vendas e serviços	439,5	506,4	15,2%	66,9
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(282,5)	(306,9)	8,6%	(24,4)
Lucro bruto	157,0	199,4	27,0%	42,4
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(188,5)	(185,3)	-1,8%	3,3
Provisão para perdas de crédito esperadas	(11,5)	(3,1)	-72,6%	8,3
Perdas estimadas por valor não recuperável e valor justo	(0,8)	(0,2)	-80,3%	0,6
Outras receitas	0,8	2,7	253,7%	1,9
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(43,0)	13,5	131,5%	56,5
Resultado financeiro	(14,1)	(10,9)	-22,2%	3,1
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(57,1)	2,6	104,6%	59,7
Imposto de renda e contribuição social	(7,4)	(9,3)	26,9%	(2,0)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19,4	2,0	-89,8%	(17,4)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(45,0)	(4,7)	-89,5%	40,3
EBITDA CVM	119,3	163,9	37,3%	44,6
Margem EBITDA CVM(%)	27,1%	32,4%		
EBITDA Ajustado¹	110,2	149,3	35,5%	39,1
Margem EBITDA Ajustado(%)	26,3%	29,5%		
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado²	100,1	156,8	56,7%	56,7
Fluxo de Caixa Livre para a Firma Ajustado²	88,6	145,3	62,9%	56,1
Saldo final de caixa	124,9	378,9	203,3%	254,0
Dívida bruta	91,6	207,7	126,8%	116,1
Capex Bruto	(10,0)	(11,5)	15,0%	(1,5)

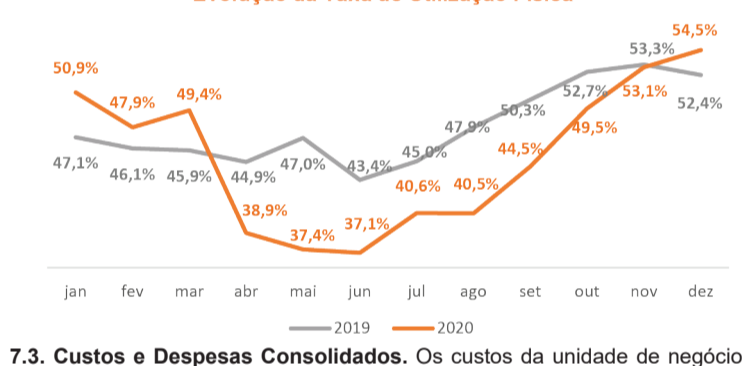
¹ Excluindo o efeito do IFRS 16 e itens não recorrentes (despesas de reestruturação da unidade Construção, passivos da unidade de negócio Serviços Industriais e despesas relacionadas ao projeto de combinação de negócios com a Solaris). ² Para o fluxo de caixa operacional ajustado desconsideraram-se os juros referente a debêntures e Finame, investimento em locação e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa). Para o fluxo de caixa livre para a firma ajustado desconsideraram-se os juros referente a debêntures e Finame e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa). *Em razão da aquisição do controle acionário da Solaris (controlada) a partir de maio de 2019, os valores consolidados de 2019 contemplam doze meses da controladora (Mills) e oito meses da controlada (maio a dezembro de 2019). **IFRS 16.** A partir de janeiro de 2019, entrou em vigor a norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2). Com ela, os direitos de uso (como contratos de aluguel de imóveis e veículos, por exemplo) passaram a ser reconhecidos no ativo e os arrendamentos passaram a ser reconhecidos no passivo, tal qual os leasings financeiros. Com a adoção do IFRS 16, então, a Companhia deixa de reconhecer os aluguéis de imóveis e veículos como custos e despesas no resultado do exercício e ainda passa a reconhecer: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil. Visando simplificar a análise comparativa com os períodos anteriores, apresentamos neste relatório alguns quadros que desconsideram o efeito do IFRS 16, sempre que indicado.

7. Rental

7.1. Receita Líquida Consolidada. A receita líquida da unidade de negócio Rental atingiu R\$ 422,3 milhões em 2020, aumento de 18,1% em relação ao ano anterior, como consequência da combinação de negócios com a Solaris em maio de 2019, da estratégia comercial de diversificação de clientes e recuperação gradual de preço, como também a evolução da estratégia *Go-to-Market*. Em bases combinadas, a receita líquida cresceu 1,4%, principalmente em função dos efeitos do COVID-19, sendo que o pior mês foi maio.

Receita líquida por tipo	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita Líquida Total	357,5	422,3	18,1%	64,7
Locação	316,6	367,7	16,1%	51,1
Vendas Novos	18,5	14,9	-19,4%	(3,6)
Vendas Seminovos	8,6	25,4	196,1%	16,8
Assistência técnica	3,9	3,4	-13,6%	(0,5)
Indenização e Recuperação de Despesas	9,9	10,7	8,1%	0,8
Venda de Sucata	0,0	0,1	909,2%	0,1

7.2. Taxa de Utilização (Física)



7.3. Custos e Despesas Consolidados. Os custos da unidade de negócio Rental, excluindo depreciação, tiveram um aumento de 24,1% em relação ao ano anterior, decorrente principalmente da combinação de negócios entre a Mills e a Solaris. As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação e PCE, somaram R\$ 122,8 milhões, um aumento de 10,8% em relação ao ano anterior. Os itens não recorrentes são tratados mais adiante. O impacto do IFRS 16 em 2019 foi de R\$ 9,3 milhões e em 2020 de R\$ 11,1 milhões. Em 2020, a PCE da Rental representou 2,5% da receita líquida, ante 8% da receita líquida em 2019.

Em R\$ milhões	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
CPV total, ex-depreciação	113,5	140,9	24,1%	27,4
Custo de locação (manutenção, pessoal, depósitos, etc.)	99,3	124,2	25,0%	24,8
Custo das vendas de equipamentos novos	13,7	11,3	-17,4%	(2,4)
Custo das vendas de equipamentos seminovos	0,4	5,0	-	4,7
Baixa de Ativos	0,1	0,0	-	(0,1)
Custo de Venda de Sucata	0,0	0,4	-	0,3
SG&A, ex-depreciação e PCE	110,8	122,8	10,8%	12,0
Comercial, Operacional e Administrativo	63,1	89,3	41,6%	26,3
Serviços Gerais	18,1	16,3	-10,0%	(1,8)
Outras despesas	29,7	17,2	-42,1%	(12,5)
PCE	6,6	10,7	62,9%	4,1
CPV + SG&A Total	230,9	274,4	18,8%	43,5

7.4. EBITDA e margem EBITDA

Em R\$ milhões	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita Líquida	357,5	422,3	18,1%	64,7
EBITDA CVM	126,6	147,9	16,8%	21,3
Margem EBITDA CVM (%)	35,4%	35,0%		
EBITDA Ajustado*	128,8	137,3	6,7%	8,6
Margem EBITDA ajustado* (%)	36,0%	32,5%		
EBIT	17,4	45,2	159,4%	27,7
Margem EBIT (%)	4,9%	10,7%		

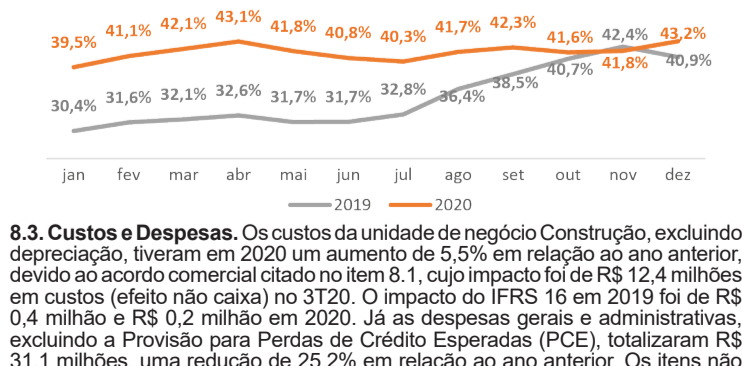
*Excluindo o efeito do IFRS 16 e itens não recorrentes e despesas relacionadas ao projeto de combinação de negócios com a Solaris

8. Construção

8.1. Receita Líquida. A receita líquida da unidade de negócio Construção atingiu R\$ 84,1 milhões em 2020, um aumento de 2,6% em relação ao ano anterior. A receita de locação apresentou um crescimento de 22,0%, principalmente à recuperação gradativa do setor de construção civil. Houve também a homologação de um acordo comercial, no âmbito da recuperação judicial de um determinado cliente, para a quitação de dívida com a Companhia, a qual gerou uma receita líquida adicional de R\$ 11 milhões no 3T20 e um Ebitda Ajustado nessa operação de R\$ 6,9 milhões, após os devidos reconhecimentos contábeis em custo e PCE. A Companhia vem reduzindo a sua capacidade de equipamentos como consequência da postergação da recuperação do setor de infraestrutura, da baixa taxa de utilização e da necessidade de abertura de espaço físico nas filiais para absorver os equipamentos de Rental. Mesmo com essa adequação, a qual deverá resultar em uma capacidade em torno de 50 mil toneladas de equipamentos, a Companhia ainda terá condições de atender o pipeline de obras esperado para os próximos anos.

Receita líquida por tipo	2010 (A)	2020 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita Líquida Total	81,9	84,1	2,6%	2,1
Locação	48,9	59,7	22,0%	10,8
Vendas Novos	0,5	0,5	13,5%	0,1
Vendas Seminovos	8,0	6,9	-13,3%	(1,1)
Assistência técnica	2,6	0,8	-69,8%	(1,8)
Indenização e Recuperação de Despesas	9,9	15,3	54,4%	5,4
Venda de Sucata	12,0	0,8	-93,4%	(11,2)

8.2. Taxa de Utilização (Física)



8.3. Custos e Despesas. Os custos da unidade de negócio Construção, excluindo depreciação, tiveram em 2020 um aumento de 5,5% em relação ao ano anterior, devido ao acordo comercial citado no item 8.1, cujo impacto foi de R\$ 12,4 milhões em custos (efeito não caixa) no 3T20. O impacto do IFRS 16 em 2019 foi de R\$ 0,4 milhão e R\$ 0,2 milhão em 2020. Já as despesas gerais e administrativas, excluindo a Provisão para Perdas de Crédito Esperadas (PCE), totalizaram R\$ 31,1 milhões, uma redução de 25,2% em relação ao ano anterior. Os itens não recorrentes são tratados mais adiante. O impacto do IFRS 16 em 2019 foi de R\$ 5,8 milhões e R\$ 4,4 milhões em 2020. Em 2019, a PCE somou R\$ 4,9 milhões, 6,0% da receita líquida dessa unidade de negócio. Em 2020, a PCE foi impactada positivamente pelo acordo comercial mencionado no item 8.1.

Em R\$ milhões	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
CPV total, ex-depreciação	41,5	43,8	5,5%	2,3
Custo de locação (manutenção, pessoal, depósitos, etc.)	29,5	27,8	-5,9%	(1,7)
Custo das vendas de equipamentos novos	0,4	0,4	0,3%	0,0
Custo das vendas de equipamentos seminovos	2,7	1,2	-55,7%	(1,5)
Baixa de Ativos	3,0	13,7	362,4%	10,8
Custo de Venda de Sucata	5,9	0,6	-89,1%	(5,2)
SG&A, ex-depreciação e PCE	41,6	31,1	-25,2%	(10,5)
Comercial, Operacional e Administrativo	23,5	22,3	-5,0%	(1,2)
Serviços Gerais	5,7	4,4	-23,4%	(1,3)
Outras despesas	12,4	4,5	-64,1%	(8,0)
PCE	4,9	-7,5	-253,6%	(12,5)
CPV + SG&A Total	88,1	67,4	-23,5%	(20,7)

8.4. EBITDA e margem EBITDA

Dados consolidados em R\$ milhões	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita Líquida	81,9	84,1	2,6%	2,2
EBITDA CVM	-6,1	16,7	372,0%	22,8
Margem EBITDA CVM (%)	-7,5%	19,8%		
EBITDA Ajustado*	-18,6	12,0	164,3%	30,6
Margem EBITDA ajustado* (%)	-22,7%	14,2%		
EBIT	-59,2	-30,9	47,8%	28,3
Margem EBIT (%)	-72,2%	-36,8%		

9. Desempenho Operacional e Financeiro

9.1. Itens Não-recorrentes. A partir do 2T20, reduzimos o ritmo da integração física das filiais devido às restrições de deslocamentos dos colaboradores em função da pandemia causada pelo COVID-19. Com isso, foi postergado o término do projeto de integração das filiais de 2020 para 2021. Em 2020, registramos R\$ 3,6 milhões de custos e despesas relacionados a itens não recorrentes, compostos principalmente por gastos relacionados à captura de sinergias com a Solaris e demais despesas da incorporação, como segue:

Itens não recorrentes - em R\$ milhões	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Total itens não recorrentes	-8,9	-3,6	-59,0%	5,3
Despesas redimensionamento	6,3	0,1	-98,2%	(6,2)
Desmobilização filiais	-5,0	0,1	-102,3%	(5,1)
Receita venda de seminovos	8,0	-	-	8,0
Custo venda de seminovos	-2,7	-	-	2,7
Receita venda de sucata	12,0	-	-	12,0
Custo venda de sucata	-5,9	-	-	5,9
Combinação de negócios Mills e Solaris	-14,0	-3,0	-78,3%	11,0
Despesas para capturar sinergias	-7,9	-2,9	-62,7%	5,0
Outras despesas incorporação	-6,1	-0,1	-98,4%	6,0
Outras despesas não recorrentes	-1,2	-0,7	-41,5%	0,5
Despesas Mills SI	-1,2	-0,7	-43,2%	0,5

9.2. EBITDA e Margem EBITDA

	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Lucro (Prejuízo) Líquido	-45,0	-4,7	89,5%	40,2
Resultado Financeiro	-14,0	-10,9	-22,1%	3,1
Imposto de renda e contribuição social	12,1	-7,3	-160,8%	(19,4)
Lucro (Prejuízo) antes do Resultado Financeiro	-43,0			

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.



Mills Solaris Combinado* R\$ milhões	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)
Receita Líquida	498,4	506,4	1,6%
Locação	416,7	427,4	2,6%
Outras	61,7	79,0	28,0%
Não Recorrentes	20,0	-	-100,0%
COGS (ex. depreciação e IFRS16)	-177,8	-187,4	5,4%
Locação (pessoal, depósitos, etc.)	-149,6	-154,7	3,4%
Outros	-13,8	-15,9	14,7%
Não Recorrentes	-8,6	-	-
SG&A (ex. depreciação, IFRS16 e PCE)	-188,5	-170,1	-9,7%
Comercial, Operacional e Administrativo	-101,7	-111,9	10,0%
Serviços Gerais	-41,4	-35,9	-13,3%
Outras despesas	-24,2	-18,7	-22,5%
Não Recorrentes	-21,2	-3,6	-83,0%
PCE	-13,4	-3,1	-76,5%
Não Recorrentes	-9,8	-3,6	-63,3%
Depreciação	-160,9	-134,7	-16,3%
EBITDA Ajustado	128,6	149,3	16,1%
Margem EBITDA Ajustado %	26,9%	29,5%	
Lucro (Prejuízo Líquido)	-44,5	-4,7	-89,3%
Saldo de Caixa	124,9	378,9	203,3%

Rental Combinada*	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)
Receita Líquida	416,4	422,3	1,4%
Locação	367,8	367,7	0,0%
Outras	48,7	54,6	12,1%
COGS (ex. depreciação e IFRS16)	-135,9	-143,3	5,5%
Locação (pessoal, depósitos, etc.)	-119,7	-126,6	5,8%
Outros	-16,2	-16,7	3,2%
SG&A (ex. depreciação, IFRS16 e PCE)	-139,9	-133,9	-4,3%
Comercial, Operacional e Administrativo	-78,2	-89,6	14,5%
Serviços Gerais	-29,9	-27,2	-9,2%
Outras despesas	-16,8	-14,2	-15,7%
Não Recorrentes	-14,9	-3,0	-79,7%
PCE	-8,5	-10,7	26,4%
Não Recorrentes	-14,9	-3,0	-79,7%
Depreciação	-112,2	-91,6	-18,4%
EBITDA Ajustado	147,2	137,3	-6,7%
Margem EBITDA Ajustado %	35,3%	32,5%	
Lucro Líquido	6,5	18,8	188,8%

Sinergia	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	Run rate anualizado
Pessoal	1,8	1,8	1,8	1,9	7,3	7,7
Peças	1,1	1,2	1,3	2,4	6,0	9,5
Filiais	1,1	1,2	1,2	1,4	5,0	5,6
Financeiro (Consultorias, viagens, seguro)	0,7	0,7	0,8	1,2	3,4	4,9
Total	4,8	4,9	5,1	6,9	21,7	27,7

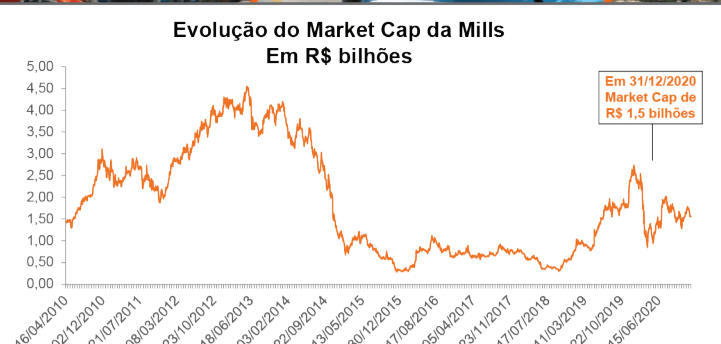
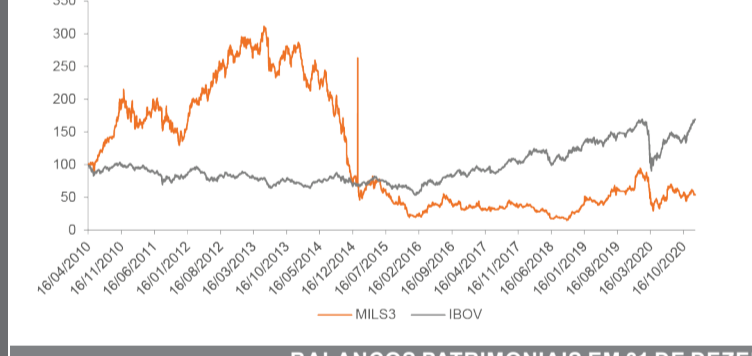
Desde o 3T19, passamos a divulgar as sinergias capturadas com a combinação de negócios com a Solaris. Seguimos as premissas utilizadas para calcular as sinergias líquidas: Pessoal: Considera a massa salarial e os respectivos encargos/benefícios, incluindo redução de estrutura e vagas em aberto, assim como alguns méritos e promoções de profissionais que assumiram novas responsabilidades e/ou ampliaram seu escopo de atuação na Companhia. Peças e Serviços: Considera a unificação da base de fornecedores e o impacto gerado por ter aplicado as melhores condições existentes em Solaris ou Mills para o volume combinado. Filiais: Corresponde às economias geradas pela unificação física de filiais Mills e Solaris nas regiões onde existe sobreposição. Estão considerados o aluguel da filial, IPTU, serviço de segurança, limpeza e demais despesas da filial encerrada. Financeiro: Contabiliza as economias geradas pela unificação das políticas de viagens, redução de custos por ganhos de escala com seguros e redução de redundância de consultorias entre as empresas.

Captura de Sinergias - Combinado	2019	1T20	2T20	3T20	4T20	Total
CAPEX	5,1	0,9	1,3	1,1	1,0	9,3
OPEX	8,8	1,1	0,5	0,6	0,7	11,8
Total	13,9	2,1	1,7	1,7	1,6	21,0

11. Comportamento das Ações (B3: MILS3)

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social votante e total da Mills era constituído de 251.953.730 ações ordinárias, sendo que os acionistas controladores detinham, em conjunto, 53,2% do capital social votante e total. Nesse mesmo período, a Companhia mantinha 1.688.687 ações em tesouraria. O *free float* era igual a 46,1%. O preço de fechamento da ação da Mills na B3, em 31 de dezembro de 2020, foi igual a R\$ 6,15, com queda de 41,1% em relação ao preço de fechamento do ano de 2019, enquanto o índice IBOVESPA teve uma variação positiva de 2,9% no mesmo período e o índice de small cap uma queda de 0,7%. No final de 2020, o valor de mercado (*market cap*) da Mills era igual a R\$ 1,5 bilhão. O volume financeiro médio diário das ações da Mills negociadas em 2020 na B3 foi de R\$ 12,0 milhões, sendo 81% superior ao reportado no ano anterior. Adicionalmente, a Companhia participa do Programa de American Depositary Receipts ("ADR") Nível I desde a aprovação pelo Conselho de Administração, em 29 de outubro de 2013. Em 31 de dezembro de 2020, a posição da Companhia era de 838,176 ADRs nos Estados Unidos. Cada ADR corresponde a 1 (uma) ação da Companhia. Em função dos resultados apurados no exercício de 2020, não houve distribuição de dividendos nem juros sobre capital próprio.

Performance da ação: Mills versus Ibovespa Base 100 em 15 de abril de 2010



12. Governança Corporativa

A Companhia busca implementar as mais elevadas práticas de governança corporativa para agregar valor aos acionistas e ao mercado em geral. Desde a abertura de capital, a Companhia aderiu ao Novo Mercado, nível mais elevado de Governança da B3. Em 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração era composto por oito membros, sendo quatro membros indicados pela Família Nacht, um membro indicado pela Sulair Argentina, um membro indicado pela Southern Cross Group e dois membros independentes, sendo um indicado pelos acionistas minoritários. Alinhada às boas práticas de governança corporativa, a Mills possui três comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. Cabe aos comitês tornar a atuação do Conselho de Administração mais eficiente, potencializando as discussões pertinentes com recomendações fundamentadas, auxiliando no desempenho de suas funções legais e estatutárias. Tais comitês têm caráter não-permanente e podem ser livremente criados ou extintos pelo Conselho de Administração, sendo: (i) Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos: composto por três membros efetivos; (ii) Comitê de Gente e Gestão: composto também por três membros efetivos e (iii) Comitê de Cliente, Inovação e Tecnologia: composto por cinco membros efetivos. A Companhia ainda possui um Conselho Fiscal instalado desde 2011, o qual é composto por três membros efetivos, sendo um indicado pelos acionistas minoritários. A Diretoria da Mills é composta por sete membros, conforme demonstrado anteriormente, incluindo o Diretor Presidente. Na busca constante pelo aprimoramento de iniciativas que visam assegurar o alinhamento e a uniformidade dos padrões éticos e morais da Companhia, em Janeiro de 2020 foi criada a Gerência de Compliance, Riscos e Auditoria Interna. A Companhia possui, ainda, um canal de denúncia ativo, administrado por uma empresa especializada, e pode ser utilizado por todos os colaboradores para denunciar situações antiéticas e/ou ilegais, de maneira confidencial e anônima. Todos os relatos são apurados e direcionados de acordo com as políticas internas e a legislação vigente. Também temos disponível um canal de comunicação para o público externo no site da Companhia. Em setembro de 2020 reforçamos nosso Programa de Integridade, com o aperfeiçoamento das práticas de governança e conformidade. O Programa de Integridade se aplica a todos os colaboradores da Mills e pessoas com quem nos relacionamos, sejam clientes, fornecedores e demais parceiros de negócios, e tem como objetivo consolidar as iniciativas da Companhia para a promoção da integridade, da ética e da mitigação de riscos. Relançamos nosso código de conduta e treinamos todos os nossos colaboradores nas diretrizes de conduta da Companhia. Contamos com políticas formais que promovem as melhores práticas de ética corporativa.



13. Sustentabilidade

O ano de 2020 foi também marcado por um olhar mais atento a ações de responsabilidade social. Na parte ambiental, assinamos a Carta de Apoio à Amazônia, elaborada pelo setor empresarial, onde afirmamos o nosso compromisso público com a agenda do desenvolvimento sustentável e iniciamos medições de impactos ambientais, passando a acompanhar e entender nosso nível de consumo, uso e descarte de materiais para traçar no futuro metas de minimização de impactos. Olhando para o lado social, a Mills vem intensificando nos últimos anos os debates internos sobre diversidade, incluindo questões de gênero, etnia, orientação sexual e cultura. Com o programa Nós pela Diversidade, buscamos em 2020 promover esses temas entre os colaboradores, com foco específico para ações afirmativas em favor dos refugiados, negros, mulheres e LGBTI+. O Nós pela Diversidade promoveu diferentes encontros ("Entendendo o racismo e promovendo a igualdade racial", "Diversidade e LGBTI+" e "As diversas nacionalidades na Mills") com palestrantes convidados, procurando elevar a conscientização do público interno sobre essas pautas. Entre as ações voltadas para as mulheres, promovemos diversos encontros do Café com Elas, um espaço quadrimestral entre o CEO da Mills, o diretor de Gente e Gestão e grupos de colaboradoras de diversas áreas; e o Conexão Mulher, um programa de aconselhamento e mentoria envolvendo as líderes da companhia e demais colaboradoras. Sabemos que ainda temos espaço para evoluir continuamente em ações como essas, mas cada passo nesse sentido já é motivo de muita satisfação para nós. Em 2020 também progredimos no apoio às comunidades de entorno. A contribuição à sociedade foi um dos Princípios que nortearam nosso posicionamento durante a pandemia, e algumas ações específicas deram visibilidade a esse esforço. O Programa Partilhar foi a nossa principal iniciativa de impacto social positivo, voltada às comunidades locais situadas no entorno de nossas filiais. Essa iniciativa parte do compromisso que assumimos com o Pacto Global da ONU e com os respectivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através do qual passamos a incentivar e promover, juntamente com nossos colaboradores, ações de apoio ao desenvolvimento sustentável junto à sociedade.

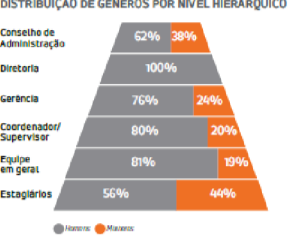
Os principais passos dessa trajetória – e os desafios que enfrentaremos – já estão traçados:

- ▶ Vamos tangibilizar nossa estratégia de ESG para todos os colaboradores e também para os clientes e fornecedores, com iniciativas concretas de atuação em temas sociais, ambientais e de governança.
- ▶ Nosso planejamento estratégico já inclui metas ESG, desdobradas em iniciativas e acompanhadas como as demais diretrizes de gestão da companhia.
- ▶ Daremos atenção especial à cadeia de fornecedores, aplicando critérios ESG na seleção e na avaliação dos parceiros e estimulando as melhores práticas em relações trabalhistas, governança e sustentabilidade.
- ▶ Queremos ser uma Empresa B, e para tanto precisamos evoluir em práticas e processos. O trabalho para a certificação será importante na consolidação de uma cultura interna de ESG.
- ▶ Passaremos a reportar as emissões de gases do efeito estufa (GEE) geradas em toda a nossa cadeia produtiva, uma ruptura significativa em nossos métodos de gestão ambiental.
- ▶ Já em 2021, vamos preparar nossa primeira matriz

de materialidade – uma relação dos principais tópicos sociais, ambientais e econômicos que devem influenciar a gestão da Mills, a partir das percepções da alta liderança e dos públicos com os quais nos relacionamos. A matriz é o primeiro passo para a construção de um relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), um padrão mundialmente aceito de comunicação de desempenho em sustentabilidade corporativa.

Indicadores sociais (2020)		
NOSSA DIVERSIDADE EM 2020		
INDICADORES DE DIVERSIDADE	HOMENS	MULHERES
Idade média (anos)	33,8	30,1
Tempo de empresa (anos)	4,5	3,0
Negro/ Preto (a)*	64	15
Pardo (a)*	273	55
Caucasiano/ Branco (a)*	471	155
Asiático/Amarelo (a)*	1	1
Indígena*	0	0
Não Informada	243	72
PCD	5	5
TOTAL	1052	298

* Informado por autodeclaração dos funcionários



Indicadores ambientais (2020)

2.194 m3 consumo médio mensal de água nas filiais, 37,3% de economia em relação a 2019	16 m3 mensais consumo médio de água por colaborador
237,8 mil kWh consumo médio mensal de energia elétrica, redução de 16,1% em comparação a 2019	1.730 kWh/mês: consumo médio relativo, por colaborador
365,49 toneladas destinadas à reciclagem	946 toneladas descarte total de resíduos, 33,2% a menos que em 2019

14. Gestão de Pessoas

As práticas de Recursos Humanos da Companhia são baseadas na meritocracia e reconhecimento de sua equipe. A Mills possui um Programa de Estágio com o objetivo de atrair, desenvolver e reter talentos que queiram crescer e adquirir expertise, contribuindo com o crescimento da Companhia. No final de 2020, 87 estagiários participavam do Programa, dos quais 76% eram estudantes de engenharia e de cursos técnicos. A Mills efetivou 35 estagiários em 2019 e 16 estagiários em 2020. O *turnover* mensal foi de 2,36% em 2020, versus 2,05% em 2019. Acreditamos que a educação e desenvolvimento humano são fatores essenciais para nossa diferenciação de longo prazo, e por isso promovemos continuamente a preparação e aprimoramento profissional de nossos colaboradores. Diante dos com os desafios do ano de 2020, as estratégias de treinamento da Mills foram revisadas para manter o compromisso de capacitação e desenvolvimento dos nossos colaboradores. Atuamos no compartilhamento de conhecimento através de um programa estruturado que utiliza tecnologia e ferramentas digitais para multiplicar conhecimento. Em 2020 foram investidos R\$ 1,45 milhão em treinamentos, totalizando 26.354 horas. Nossas iniciativas de educação corporativa utilizam diversos formatos para atender e respeitar as necessidades de cada colaborador em sua trilha de aprendizado, como: a Escola Mills, Programa Multiplica, Treinamentos técnicos e legais, Programas de Desenvolvimento Individual e Corporativos e o Evoluir. O Programa de Participação nos Resultados, assegurado a todos os colaboradores da Companhia, foi baseado em modelo usual de mercado, no qual múltiplos salariais de premiação individual são definidos no início do ciclo com base na estratégia de remuneração. Os múltiplos alvo são atrelados a indicadores e metas de desempenho. Além disso, são utilizados gatilhos e travas que asseguram que só ocorram pagamentos caso haja geração de recursos necessários. Em 2021, haverá distribuição referente ao resultado do ano de 2020. Em 2016, foi aprovado um novo plano de opção de compra de ações discricionário destinado aos administradores e pessoas chave da Companhia, com o objetivo de incentivar nossos colaboradores a conduzir com êxito os negócios da Companhia e estimular a cultura empreendedora e orientada para resultados, alinhando os interesses dos administradores com os dos acionistas. O preço de exercício das opções é de R\$ 2,63, corrigido monetariamente de acordo com o IPCA, podendo haver o exercício a partir de 2019 de 25% a cada 12 meses. Adicionalmente, em 2018, a Companhia estruturou um Programa de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações restritas, destinado a todos os executivos e a alguns cargos chave. Esse programa tem como principal objetivo tornar o pacote de remuneração competitivo junto ao mercado, alinhar expectativas, motivar os colaboradores e alavancar o desempenho operacional do negócio. Cada programa terá inicialmente ciclos de três anos, atrelando metas de longo prazo a todos os elegíveis, onde essas metas estarão associadas a criação de valor para a empresa. As outorgas realizadas nos termos do plano poderão conferir, durante todo o prazo de vigência do plano, um número de ações que não exceda 8.779.322, correspondentes a 5% do capital social da Companhia na data de sua aprovação. Com o propósito de satisfazer a concessão das ações restritas outorgadas nos termos do Plano de Ações Restritas, a Companhia utilizará, obrigatoriamente, ações mantidas em tesouraria, uma vez que não haverá emissão de novas ações a serem subscritas.

15. Relacionamento com Auditores Independentes

Em 2020 não houve contratação de serviços junto a KPMG, que são nossos auditores independentes, que não os de auditoria das demonstrações financeiras usualmente prestados por ela. Cumpre ressaltar que a contratação de auditores externos requer uma aprovação prévia do nosso Conselho de Administração e segue as regras estabelecidas pela legislação. Segundo a própria KPMG, a prestação de serviço acima descrita não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Mills. O Conselho de Administração da Companhia aprovou em reunião realizada em 17 de dezembro de 2020 a contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, CNPJ nº 49.928.567/0002-00, para a prestação de serviços de auditoria independente da Companhia a partir do primeiro trimestre de 2021, em substituição à KPMG Auditores Independentes, cujos serviços se encerram com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social de 2020. A mudança dos auditores independentes atende ao rodízio obrigatório estabelecido pela Instrução CVM 308/99, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada cinco anos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020		31/12/2019	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Ativo					Passivo					
Circulante					Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	285.993	73.656	378.905	124.910	Contas a pagar a terceiros	15	23.644	16.389	30.286
Contas a receber de terceiros	7	82.478	68.005	100.376	116.803	Contas a pagar a partes relacionadas	19.c	390	2.893	-
Contas a receber de partes relacionadas	19.c	4.914	1.451	-	-	Empréstimos e financiamentos	16	-	1.940	6.543
Estoques	8	36.225	22.006	40.714	36.337	Dêbitures	17	40.124	56.367	57.829
IRPJ e CSLL a recuperar	9	415	2.376	5.815	7.367	Arrendamentos a pagar	18	14.359	12.053	15.074
Tributos a recuperar	9	2.956	3.205	5.406	6.643	Salários e encargos sociais		18.383	21.244	19.318
Adiantamento a fornecedores		1.892	797	4.787	3.670	Programa de recuperação fiscal (REFIS)		1.456	1.434	1.456
Outras contas a receber de partes relacionadas		1.496	-	-	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	23	1.920	-	2.917
Outros ativos	10	4.191	4.173	4.947	6.051	Tributos a pagar	23	4.285	7.290	4.339
		420.560	175.670	540.950	301.781	Provisão para participação nos resultados	20.e	5.865	5.986	7.226
Ativos mantidos para venda		10.272	4.224	10.272	4.224	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		-	3	-
Não circulante						Outros passivos		230	263	677
IRPJ e CSLL diferidos	21	236.128	233.619	314.618	309.429			230	263	677
Tributos a recuperar	9	1	-	349	-	Não circulante				
Depósitos judiciais	22.a	7.438	12.182	7.672	12.463	Empréstimos e financiamentos	16	-	605	-
Instrumentos financeiros derivativos	31.4	-	-	808	-	Dêbitures	17	141.360	-	145.285
Outros ativos		2	38	2	81	Imposto de renda e contribuição social a pagar	23	-	-	52
		243.569	245.839	323.449	321.973	Arrendamento a pagar	18	41.256	41.123	41.256
Ativo financeiro pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11	39.341	50.579	39.341	50.579	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	15.137	19.569	20.414
Investimentos	12	301.061	406.529	-	-	Programa de recuperação fiscal (REFIS)	24	3.743	5.122	3.743
Imobilizado	13	384.580	397.791	439.883	576.575	Tributos a pagar	23	10.348	-	10.348
Intangível	14	33.314	32.181	121.497	120.763	Provisão para benefícios pós-emprego	20	11.868	12.646	11.868
		758.296	887.080	600.721	747.917	Outros passivos		430	513	910
Total do ativo		1.432.697	1.312.812	1.475.392	1.375.895			224.142	79.577	233.824
						Total do passivo		334.798	205.439	377.493
						Patrimônio líquido				
						Capital social subscrito	25	1.089.642	1.089.379	1.089.642
						Reservas de capital	25	57.036	56.357	57.036
						Custo com emissão de ações	25	(18.448)	(18.448)	(18.448)
						Reservas de lucros	25	860	10.295	860
						Ações em tesouraria	25	(15.056)	(20.287)	(15.056)
						Ajuste de avaliação patrimonial	25	(16.135)	(9.923)	(16.135)
						Total do patrimônio líquido		1.097.899	1.107.373	1.097.899
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.432.697</		

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado*	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(4.747)	(44.980)	(4.747)	(44.980)
Prejuízo do exercício	(4.747)	(44.980)	(4.747)	(44.980)
Ajustes:				
Depreciação e amortização	122.713	127.135	150.338	162.267
Imposto de renda e contribuição social diferido	691	(26.665)	(1.989)	(19.418)
Provisão (reversão) para riscos tributários, civis e trabalhistas	(1.586)	2.076	(389)	3.174
Provisão para despesa com opções de ações	3.437	4.195	3.437	4.195
Benefícios Pós-Emprego	1.049	1.211	1.049	1.211
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	18.540	15.226	21.137	15.515
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas	13.730	18.920	14.723	19.492
Provisão para perdas esperadas no contas a receber	407	8.799	3.147	11.474
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável e valor justo	151	765	151	765
Provisão para esteques de giro lento	991	2.002	(2.652)	5.136
Ajuste CPC 48/ IFRS 9	-	44	-	44
Provisão para participação nos resultados	5.735	4.555	6.576	9.183
Resultado de participações em investimentos	(28)	(9.434)	-	-
Outras provisões (reversões) (Aumento)/Redução dos ativos e aumento/(redução) dos passivos:	(288)	283	(1.214)	1.749
Contas a receber	(38.743)	(21.986)	(10.523)	(44.646)
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	(1.274)	(417)	(1.363)	(6.086)
Estoques	(3.708)	(8.473)	(1.724)	(8.807)
Tributos a recuperar	249	904	889	1.063
IRPJ e CSLL a compensar	1.960	(1.975)	1.552	(1.937)
Depósitos judiciais	155	5.012	203	5.067
Outros ativos	(1.078)	523	(744)	(760)
Fornecedores	6.306	3.785	13.671	6.031

	Controladora		Consolidado*	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários e encargos sociais	(2.860)	8.513	(8.702)	5.759
Participação nos resultados	(5.856)	(6.568)	(8.581)	(3.714)
Tributos a pagar	7.907	3.603	11.890	2.247
Outros passivos	(118)	(116)	(278)	508
Processos judiciais liquidados	(828)	(7.649)	(1.067)	(7.649)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(5.682)	-
Juros pagos	(26.740)	(28.178)	(28.880)	(30.990)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	96.167	51.110	150.228	85.893
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:				
Aquisição de caixa decorrente de incorporação de controlada	-	-	-	33.685
Aquisições de bens do ativo imobilizado de uso próprio e intangível	(9.973)	(5.008)	(10.184)	(5.445)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(9.973)	(5.008)	(10.184)	28.240
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:				
Aumento de capital	263	655	263	655
Depósitos bancários vinculados	-	88.811	-	88.811
Captação de empréstimos e debêntures	180.569	-	180.569	-
Amortização de empréstimos e debêntures	(38.897)	(106.193)	(47.000)	(118.861)
Arrendamento pagos	(15.792)	(16.354)	(19.881)	(20.463)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	126.143	(33.081)	113.951	(49.858)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	212.337	13.021	253.995	64.275
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	73.656	60.635	124.910	60.635
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	285.993	73.656	378.905	124.910
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	212.337	13.021	253.995	64.275

(* Em razão da aquisição do controle acionário da controlada a partir de maio apenas oito meses (maio a dezembro de 2019) da controlada.

de 2019, os valores consolidados contemplam doze meses da controladora e

DEMONSTRAÇÕES DE VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado*	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas:				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	457.446	354.439	592.817	510.376
Cancelamentos e descontos	(17.874)	(17.586)	(30.816)	(23.956)
Outras receitas	1.129	1.821	2.910	979
Provisão para perda de créditos esperadas	(407)	(8.799)	(3.147)	(11.474)
	440.294	329.875	561.764	475.925
Insumos adquiridos de terceiros:				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(6.549)	(8.488)	6.932	(20.872)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(110.750)	(101.289)	(146.706)	(128.213)
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável	(151)	(765)	(151)	(765)
Baixa de ativos	(18.540)	(15.212)	(21.137)	(15.501)
Valor adicionado bruto	304.304	204.121	400.702	310.574
Depreciação, amortização e exaustão	(122.713)	(127.135)	(150.338)	(162.267)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	181.591	76.986	250.364	148.307
Valor adicionado recebido em transferência:				
Receitas financeiras	7.578	9.584	14.153	13.917
Resultado de equivalência patrimonial	28	9.434	-	-
Valor adicionado total a distribuir	189.197	96.004	264.517	162.224
Distribuição do valor adicionado:				
Pessoal e encargos	96.868	81.752	118.190	110.355
Remuneração direta	75.459	62.886	90.235	84.783
Benefícios	15.776	14.675	21.240	19.866
FGTS	5.633	4.190	6.715	5.707
Impostos, taxas e contribuições	61.259	32.529	88.764	61.744
Federais	58.688	29.108	81.357	55.813
Estaduais	1.450	2.005	5.827	4.018
Municipais	1.121	1.416	1.580	1.914
Remuneração sobre o capital de terceiros	35.817	26.704	62.310	35.104
Juros e variações cambiais	16.140	21.793	24.521	27.374
Aluguéis	19.677	4.911	37.789	7.730
Remuneração de capitais próprios	(4.747)	(44.980)	(4.747)	(44.980)
Prejuízo do exercício	(4.747)	(44.980)	(4.747)	(44.980)
Valor adicionado distribuído	189.197	96.004	264.517	162.224

(* Em razão da aquisição do controle acionário da controlada a partir de maio de 2019, os valores consolidados contemplam doze meses da controladora e apenas oito meses (maio a dezembro de 2019) da controlada.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação		Prejuízos Acumulados	Total Consolidado Controladora
	Capital social subscrito	Prêmio de opções de ações	Reserva de lucros retidos	Reserva de lucros acumulados	Reserva de lucros acumulados	Reserva de lucros acumulados		
Em 31 de dezembro de 2018	688.319	52.162	(18.448)	32.611	22.664	(20.287)	(6.712)	750.309
Aumento de Capital - Emissão de ações (aquisição Solaris Participações)	400.405	-	-	-	-	-	-	400.405
Prêmio de opções de ações	655	4.195	-	-	-	(2.556)	-	4.850
Ajuste de valor justo Investimento Rohr	-	-	-	-	-	(655)	-	(655)
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(44.980)	(44.980)
Prejuízo do exercício	-	-	(22.316)	(22.664)	-	-	44.980	-
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	1.089.379	56.357	(18.448)	10.295	-	(20.287)	(9.923)	1.107.373
Dividendos/JCP	-	-	-	-	-	-	3	3
Prêmio de opções de ações	263	679	-	-	5.231	-	(4.691)	14.812
Ajuste de valor justo Investimento Rohr	-	-	-	-	-	(7.417)	-	(7.417)
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	1.205	-	1.205
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(4.747)	(4.747)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	(9.435)	-	-	-	9.435	-
Em 31 de dezembro de 2020	1.089.642	57.036	(18.448)	860	-	(15.056)	(16.135)	1.097.899

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de infraestrutura, imobiliário e industrial, desempenhando as seguintes atividades principais: (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem. (b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos de carga, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos. (c) Participação como acionista ou cotista em outras Companhias ou sociedades. O estatuto da Companhia também prevê: (d) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais. (e) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades. As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental. Conforme descritivo apresentado na nota explicativa 30. **1.1. Impactos Covid-19.** Em 20 de março de 2020, o Senado Federal reconheceu estado de calamidade pública no Brasil devido à pandemia causada pelo COVID-19. O vírus, que infelizmente já havia vitimado e ainda vítima milhares de pessoas no Mundo, também causou impactos nas economias internacionais e brasileira, interrompendo uma tendência de crescimento das mesmas e, levando a recessões em 2020. Os impactos econômico-financeiros causados pelo COVID-19 começaram a ser observados na Companhia a partir do final do mês de março, provocando, no segundo trimestre de 2020, uma redução de 26,4% na receita líquida consolidada de locação da Unidade de Negócios Rental em relação ao primeiro trimestre (sem concentração em nenhum setor específico), com o mês de maio de 2020 caracterizando-se pela maior retração na atividade de locação. A partir de junho, iniciou-se uma recuperação, concretizada ao longo do terceiro trimestre com a maior flexibilização das regras de isolamento e reabertura de indústrias, centros comerciais e demais estabelecimentos, ainda que gradual. Essa recuperação no ambiente econômico resultou num aumento da receita líquida consolidada de locação da Unidade de Negócios Rental no terceiro trimestre de 15,3% em relação ao segundo trimestre e no quarto trimestre de 29,0% em relação ao trimestre anterior, com o mês de dezembro de 2020 caracterizando-se pela maior recuperação na atividade de locação no ano. No ano, a receita líquida de locação da Rental, em bases combinadas, apresentou um valor similar ao registrado em 2019. Já a Unidade de Negócios Construção, devido à característica dos seus equipamentos e dos seus contratos (os quais possuem menor velocidade de giro), mostrou uma maior resiliência na sua atividade de locação, encerrando o quarto trimestre em um patamar similar ao terceiro trimestre de 2020. No ano, a receita líquida de locação apresentou um crescimento de 22,0% em relação ao ano de 2019. Tais performances são resultado das diversas ações tomadas pela Mills a partir de março de 2020 para mitigar os impactos econômico-financeiros causados pelo COVID-19. Conforme já divulgado, em resposta à crise a Companhia instalou um Comitê Interno de perfil multidisciplinar exclusivamente para tratar das várias faces do tema, aumentou a frequência das reuniões da Administração e implementou diversas ações, tais como o aumento da modalidade de home office, a suspensão de viagens, de eventos com aglomerações e a intensificação dos procedimentos de limpeza, entre outras, zelando pela saúde e segurança dos seus colaboradores, bem como pela continuidade das suas operações e da sua saúde financeira, destacando nesse caso: • Manutenção das atividades comerciais e operacionais das filiais espalhadas pelo Brasil, garantindo o atendimento aos clientes; • Recebimentos originados da operação no quarto trimestre de 2020 no montante aproximado de R\$ 156 milhões; • Reprogramação de faturas a receber de clientes compensada pela reprogramação de contas a pagar a fornecedores, com foco no equilíbrio do fluxo de caixa da Companhia; • Implementação de gestão matricial de despesas, visando identificar oportunidades de contenção de gastos, tais como aluguéis, consultorias, viagens, peças, fretes e pessoal, sem com isso comprometer as operações da Companhia; • Acompanhamento e adoção, quando possível, de medidas do Governo Federal, destacando a postergação de pagamento tributos no montante aproximado de R\$ 14 milhões no primeiro semestre de 2020; • Suspensão temporária de investimentos para preservação de caixa, destacando a adequação e/ou renovação da frota de equipamentos da Rental e as integrações de filiais, sendo que neste último há uma limitação adicional pela restrição de deslucamentos; • Reavaliação do perfil de dívida da Companhia, já resultando no alongamento do prazo de pagamento das debêntures Solaris por um ano, no montante total de R\$ 22 milhões, e na emissão de nova dívida, no montante total de R\$ 84 milhões; • Mapeamento de novas oportunidades para buscar compensar, ainda que parcialmente, a redução da receita e melhorar o posicionamento da Companhia quando da retomada do crescimento; • Saldo de caixa de R\$ 379 milhões, representando R\$ 171 milhões de caixa líquido (R\$ 136 milhões em 30 de setembro de 2020, R\$ 102 milhões em 30 de junho de 2020, R\$ 60 milhões em 31 de março de 2020 e R\$ 33 milhões em 31 de dezembro de 2019); Considerando o exposto e os vários riscos e incertezas aos quais a Companhia está sujeita, a Administração efetuou diversos testes de stress de caixa e de covenants a partir de diferentes cenários econômicos para o ano de 2020 e seus possíveis impactos na Companhia, analisando também as estimativas contábeis e a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020, não observando até o presente momento efeitos significativos que pudessem modificá-las. **1.2. Busca e apreensão de material na sede da Companhia.** Conforme fato relevante divulgado em 23 de setembro de 2020, a Companhia foi alvo de mandato de busca e apreensão em sua sede, em cumprimento à ordem judicial proferida pela Vara Criminal de Inquéritos Policiais da Comarca de Belo Horizonte, em decorrência de processo que tramita em segredo de justiça e que apura possíveis irregularidades na construção da Cidade Administrativa de Minas Gerais, especificamente entre os anos de 2007 a 2010. A Companhia, que forneceu equipamentos para a realização da obra e desconhecia o processo até então, após o cumprimento da ordem relatada, não foi mais requerida a fornecer informações. Em dezembro de 2020, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais ofereceu denúncia em desfavor de dezesseis pessoas referente ao tema, nenhuma delas com vínculo passado ou presente junto à Mills. Até o momento, todas as medidas judiciais passíveis de serem manejadas pela Companhia foram executadas. Atualmente o processo se encontra suspenso em função de decisão do Supremo Tribunal Federal, nos autos de Reclamação distribuída por terceiro. Em paralelo a esse contexto, foi criado pela Companhia um Comitê de Investigação subordinado ao Conselho de Administração, no intuito de auxiliar com a apuração dos fatos. Para fins de assessoramento técnico, também foi contratado um escritório de advocacia especializado em compliance e uma empresa de auditoria forense. Após uma extensa apuração, nenhum ato ilegal ou violação foi identificado ou evidenciado que pudessem sugerir ou demonstrar a participação de colaboradores ou ex-colaboradores da Companhia. A Companhia segue à disposição das autoridades para colaborar com qualquer apuração, sempre que necessário.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação. (i) Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As informações contábeis contidas nessas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2021. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, pelo valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes (Notas Explicativas nºs 4, 5, 6, 7, 16, 17, 18 e 31). **(ii) Moeda funcional e moeda de apresentação.** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **(iii) Resultado por segmento de negócio.** O resultado por segmento de negócio é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável pela execução das decisões estratégicas da Companhia, emanadas do Conselho de Administração. **(iv) Demonstrações de valor adicionado (DVA).** Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar ao requerido pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **2.2. Principais políticas contábeis. (i) Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros afins. Incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. **(ii) Depósitos bancários vinculados.** Depósitos bancários vinculados são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de liquidação ou reposição de garantias de determinado empréstimo ou financiamento de curto e longo prazo. Esses depósitos são bloqueados ou com restrição de movimentação por força de cláusula contratual. **(iii) Instrumentos financeiros.** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros.** Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.** São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Esses ativos financeiros são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo. **b. Custo amortizado.** Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. **c. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.** Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contra-prestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. **Passivos financeiros.** Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado ao valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor. **d. Outros passivos financeiros.** Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. **(iv) Contas a receber de clientes.** As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem em serviços prestados ou as vendas de mercadorias pelas unidades de negócio da Companhia. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para perdas com

créditos esperadas). A provisão para perdas com créditos esperadas é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber. A provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) sobre os recebíveis comerciais, é feita por meio da matriz de provisão, onde são utilizadas as taxas de inadimplência históricas sobre o fluxo de caixa esperado do contas a receber. Foi identificado que os recebíveis comerciais da Companhia possuem características comuns de risco num mesmo segmento de negócio. Nessa abordagem foram definidas os principais conceitos utilizados no cálculo da provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) da Companhia: • Definição dos agings por segmento de negócio; • Cálculo da velocidade da rolagem em cada um dos agings (rolagem) dos últimos 6 meses; • Cálculo do percentual da rolagem em cada um dos agings (rolagem) dos últimos 6 meses; • O cálculo da PCE será o resultado da inadimplência média histórica dos últimos 6 meses aplicado aos saldos do contas a receber em cada um dos agings em cada Unidade de Negócio; • A média da inadimplência dos últimos 6 meses é ajustada mensalmente por meio da nova média móvel histórica aplicada aos novos agings; • É considerado no cálculo todo o aging de faturas emitidas que estejam em aberto. Provisões de receita oriundas de boletins de medição em aprovação, não são consideradas no cálculo, por não se tratar ainda de faturamento efetivo; • Os títulos vencidos acima de 360 dias e os títulos incluídos em Negociação de Dívida ou em Recuperação Judicial são considerados como 100% em PCE. **(v) Estoques.** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. Mensalmente, é feita a apuração e a contabilização da provisão para estoques de giro lento. São considerados como passíveis de provisionamento todos os itens do estoque sem movimentação

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.



5. Gestão de capital

O objetivo de gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010. Visando a manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão. A Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais) e o Fluxo de Caixa Operacional acumulado nos últimos 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Dívida bancária total	184.560	58.911	210.738	91.557
Empréstimos e Financiamentos	-	2.545	4.547	10.215
Debêntures bruta (vide nota explicativa n°17)	184.560	56.367	206.191	81.342
Caixa equivalente de caixa	285.993	73.656	378.905	124.910
Depósitos bancários vinculados	-	-	-	-
Endividamento líquido	101.433	14.745	168.167	33.353
Patrimônio líquido	1.097.899	1.107.373	1.097.899	1.107.373
Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido	0,09	0,01	0,15	0,03

7. Contas a receber de terceiros

Unidade de negócio	31/12/2020		31/12/2019	
	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	PCE
Construção	62.891	(46.152)	16.739	88.304
Rental	104.260	(38.521)	65.739	89.088
Circulante	167.151	(84.673)	82.478	177.393
Não circulante	109.338	(26.860)	82.478	86.948
	57.813	(57.813)	-	90.445

São consideradas no cálculo todo o *aging* de faturas emitidas em aberto. As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(109.387)	(124.389)	(135.323)	(124.389)
Ajuste aquisição Solaris até Abril/2019	-	-	-	(24.685)
Impacto líquido de PCE no resultado (i)	(407)	(8.799)	(3.147)	(11.474)
Baixas	25.121	23.801	30.886	25.225
	(84.673)	(109.387)	(107.584)	(135.323)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na Controladora, a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 29.711 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 16.057) e a reversão de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 29.304 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 7.258), gerando um resultado líquido negativo de R\$ 407 (em 31 de dezembro de 2019 resultado líquido negativo de R\$ 8.799). No Consolidado, a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 34.756 (e a reversão de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 31.609, gerando um resultado líquido negativo de R\$ 3.147. A análise de vencimentos das contas a receber bruto está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	87.504	57.680	100.159	96.798
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	1.619	1.709	1.619	1.709
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	13.330	13.360	16.889	20.714
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	1.961	4.086	3.039	7.860
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	877	3.285	2.064	4.722
Vencidos acima de 180 a 360 dias (*)	4.046	6.828	8.778	10.114
Vencidos acima de 360 dias (*)	57.814	90.445	75.412	110.210
	167.151	177.393	207.960	252.127

(*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mercadorias para revenda	1.350	2.252	86	2.268
Peças de reposição e suprimentos	39.742	23.631	48.607	44.701
Provisão para estoque de giro lento (*)	(4.867)	(3.877)	(7.979)	(10.632)
	36.225	22.006	40.714	36.337

(*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano. O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio. A movimentação de R\$ 990 na conta de provisão para estoque de giro lento na controladora foi resultado de uma provisão de R\$ 2.036 e reversão de R\$ 1.046 ao longo do ano. No consolidado, o impacto de R\$ 2.653 na conta foi resultado de uma provisão de R\$ 3.535 e uma reversão de R\$ 6.188.

13. Imobilizado

Custo do imobilizado bruto	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.081.279	-	1.081.279	18.916
Aquisição	229	3.356	3.585	213
Adição por redução de capital em controlada	13.214	-	13.214	-
Direito de uso	-	-	-	-
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	(61.774)	-	(61.774)	(765)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(21)	-	(21)	-
Reclassificação	-	-	-	330
Transferência	88	(3.073)	(2.985)	936
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.033.015	283	1.033.298	19.630
Aquisição	2.154	-	2.154	807
Direito de uso	-	-	-	-
Adição por redução de capital em controlada	306.144	-	306.144	5.021
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	(43.822)	-	(43.822)	(342)
Ajuste para crédito de PIS e COFINS	(45)	-	(45)	-
Transferência	283	(283)	-	120
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.297.729	-	1.297.729	25.235

Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Beneficiárias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	
												Controladora	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(653.745)	-	(653.745)	(7.861)	(4.002)	(14.436)	(936)	(4.469)	(7.390)	-	-	(39.094)	(692.839)
Depreciação	(106.290)	-	(106.290)	(1.875)	(617)	(323)	(98)	(871)	(807)	(10.857)	(2.243)	(17.691)	(123.981)
Adição por redução de capital em controlada	(7.046)	-	(7.046)	(10.153)	-	-	-	(1)	-	-	-	(1)	(10.154)
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	46.746	-	46.746	637	-	231	-	33	-	-	-	900	47.646
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(191)	-	-	-	(89)	-	-	-	-	(280)
Transferência	(47)	-	(47)	-	-	-	-	47	-	-	-	47	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(723.489)	-	(723.489)	(9.290)	(4.619)	(14.529)	(1.034)	(5.429)	(8.118)	(10.857)	(2.243)	(56.119)	(779.608)
Depreciação	(101.749)	-	(101.749)	(2.023)	(617)	(214)	(153)	(880)	(793)	(10.904)	(2.174)	(17.758)	(119.507)
Adição por redução de capital em controlada	(214.620)	-	(214.620)	(3.890)	-	(1.500)	(350)	(2)	(2.198)	-	-	(7.940)	(222.560)
Baixa	38.047	-	38.047	178	-	448	256	6	199	-	-	1.087	39.134
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(206)	-	-	-	(90)	-	-	-	(296)	(296)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(1.001.811)	-	(1.001.811)	(15.231)	(5.236)	(15.795)	(1.281)	(6.401)	(11.103)	(21.562)	(4.417)	(81.026)	(1.082.837)

Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Beneficiárias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	
												Controladora	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(653.745)	-	(653.745)	(7.861)	(4.002)	(14.436)	(936)	(4.469)	(7.390)	-	-	(39.094)	(692.839)
Adição por aquisição de controlada	(270.061)	-	(270.061)	(4.470)	-	(1.348)	(879)	(337)	(2.078)	(1.326)	(486)	(10.924)	(280.985)
Mais-valia do ativo imobilizado	(7.046)	-	(7.046)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.046)
Depreciação	(131.211)	-	(131.211)	(2.445)	(617)	(549)	(102)	(898)	(939)	(13.751)	(3.105)	(22.406)	(153.617)
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	54.073	-	54.073	761	-	231	-	41	-	-	-	1.033	55.106
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(191)	-	-	-	(89)	-	-	-	(280)	(280)
Transferência	(48)	-	(48)	-	-	2	-	46	-	-	-	47	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.008.036)	-	(1.008.036)	(14.206)	(4.619)	(16.100)	(1.917)	(5.794)	(10.319)	(15.077)	(3.591)	(71.623)	(1.079.659)
Mais-valia do ativo imobilizado	110	-	110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110
Depreciação	(125.646)	-	(125.646)	(2.621)	(617)	(490)	(160)	(909)	(944)	(13.409)	(3.043)	(22.193)	(147.839)
Baixa/alienação	51.162	-	51.162	768	-	459	364	391	58	199	-	2.239	53.401
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(206)	-	-	-	(90)	-	-	-	(296)	(296)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(1.082.410)	-	(1.082.410)	(16.265)	(5.236)	(16.131)	(1.713)	(6.402)	(11.205)	(28.287)	(6.634)	(91.873)	(1.174.283)

Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Beneficiárias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	
												Controladora	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(653.745)	-	(653.745)	(7.861)	(4.002)	(14.436)	(936)	(4.469)	(7.390)	-	-	(39.094)	(692.839)
Adição por aquisição de controlada	(270.061)	-	(270.061)	(4.470)	-	(1.348)	(879)	(337)	(2.078)	(1.326)	(486)	(10.924)	(280.985)
Mais-valia do ativo imobilizado	(7.046)	-	(7.046)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.046)
Depreciação	(131.211)	-	(131.211)	(2.445)	(617)	(549)	(102)	(898)	(939)	(13.751)	(3.105)	(22.406)	(153.617)
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	54.073	-	54.073	761	-	231	-	41	-	-	-	1.033	55.106
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(191)	-	-	-	(89)	-	-	-	(280)	(280)
Transferência	(48)	-	(48)	-	-	2	-	46	-	-	-	47	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.008.036)	-	(1.008.036)	(14.206)	(4.619)	(16.100)	(1.917)	(5.794)	(10.319)	(15.077)	(3.591)	(71.623)	(1.079.659)
Mais-valia do ativo imobilizado	110	-	110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110
Depreciação	(125.646)	-	(125.646)	(2.621)	(617)	(490)	(160)	(909)	(944)	(13.409)	(3.043)	(22.193)	(147.839)
Baixa/alienação	51.162	-	51.162	768	-	459	364	391	58	199	-	2.239	53.401
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(206)	-	-	-	(90)	-	-	-	(296)	(296)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(1.082.410)	-	(1.082.410)	(16.265)	(5.236)	(16.131)	(1.713)	(6.402)	(11.205)	(28.287)	(6.634)	(91.873)	(1.174.283)

Resumo imobilizado líquido	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	472.106	6.605
Saldo em 31 de dezembro de 2020	349.546	111

Linhas de créditos disponíveis

	Controladora	
	2020	2019
Linhas de crédito bancário não asseguradas revisadas anualmente e com pagamento mediante solicitação:	-	-
Utilizadas	-	14.843
Não utilizadas	3.200	203.200
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:	-	-
Utilizadas	3.200	14.843
Não utilizadas	-	-

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	1.170	18	1.199	113
Aplicações financeiras	284.823	73.638	377.706	124.797
	285.993	73.656	378.905	124.910

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários - CDB remuneradas pela taxa média de 99,94% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (94,80%, em 31 de dezembro de 2019).

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019</		

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.



Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos. Abaixo, destacamos as principais aquisições e reclassificações acumuladas até 31 de dezembro de 2020 por grupoamento:

	Controladora	Consolidado
Escoramentos	1.877	1.877
Plataformas e manipuladores	-	1.587
Compressores	-	95
Formas de concretagem reutilizáveis	67	67
Máquinas e equipamentos	93	110
Veículos	368	368
Obras em andamentos	1.871	1.871
Instalações	294	294
Móveis e utensílios	330	413
Benfeitorias em propriedade de terceiros	927	1.009
Computadores e periféricos	1.273	1.273
Andaime suspenso	117	117
	<u>7.217</u>	<u>9.081</u>

A depreciação no exercício alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas monta em 31 de dezembro de 2020 R\$ 122.237 e R\$ 28.101 (31 de dezembro de 2019 R\$ R\$ 123.050 e R\$ 34.802), respectivamente. Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 16). As transações de compra e vendas de ativo imobilizado destinados à locação estão sendo apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional. **a. Revisão da vida útil estimada.** A Companhia contratou consultoria especializada para a determinação das vidas úteis dos elevadores pessoais, plataformas aéreas, manipuladores telescópicos, acessórios de manipuladores, torres de iluminação e compressores do seu ativo imobilizado de sua Unidade de Negócios Rental, nos termos e para os fins de atendimento à Deliberação CVM nº 583/09, que aprova o Procedimento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e Instrução ICPC 10. Os resultados encontrados no laudo de avaliação de vidas úteis foram utilizados para ajustar o cálculo da depreciação dos ativos imobilizados da Unidade de Negócios Rental, em função da realidade operacional e tecnológica da empresa, cujo registro ocorreu em agosto de 2020. Os procedimentos técnicos empregados na elaboração do referido laudo estão de acordo com os critérios estabelecidos pela NBR 14653-1:2001, NBR 14653-2:2001 e NBR 14653-5:2006 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). As novas vidas úteis encontradas pela consultoria especializada, em função das análises técnicas realizadas foram:

Descrição	Vida útil estimada/anos
Elevador pessoal	15
Plataforma aérea tesoura elétrica	15
Plataforma aérea tesoura diesel	15
Plataforma aérea boom elétrico	10
Plataforma aérea boom diesel	10
Plataforma aérea big boom	10
Manipulador telescópico	12
Acessórios de manipulador	12
Torre de iluminação	10
Compressor	15

A Administração avaliou e entendeu que não há necessidade de efetuar a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados da Unidade de Negócios Construção, que permaneceram com a depreciação em 10% a.a. **b. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos.** A Administração identificou indicadores de *impairment* para as Unidades de Negócio Rental e Construção (UGCs) ao longo de 2020 com base no CPC 01. Em função disso, efetuou testes cujos resultados não identificaram ajustes de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos ativos dessas Unidades de Negócio a serem constituídos. O valor recuperável desse conjunto de ativos das Unidades de Negócio foram determinados com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base em multiplicadores do Produto Interno Bruto (PIB) mais a variação do IGPM, com ganhos reais de preço. Os custos e despesas foram, em linhas gerais, segregados em fixos e variáveis, sendo os variáveis projetados considerando crescimento de volume mais variação do IPCA e os custos e despesas fixas projetados apenas pela variação do IPCA. Alguns outros itens foram projetados pelo percentual histórico da receita de locação. Também foi considerada a variação da necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa de desconto de 10,9% em 2021, 11,1% em 2022 e 10,6% para os demais anos, inclusive na perpetuidade para Construção e 10,3% para todos os anos para a Unidade Rental. Foi considerada taxa de crescimento de 1% em termos reais na perpetuidade para a Unidade Construção. Após a conclusão dos referidos estudos em cada uma das Unidades de Negócio, o valor em uso dos ativos identificados através dos fluxos descontados foi superior ao valor contábil, não havendo, assim, a necessidade de constituição de provisão para *impairment* para o exercício de 2020.

14. Intangível

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	53.221	3.156	183	13.376	69.936
Aquisição	922	-	2.294	-	3.216
Reclassificação	-	-	(333)	-	(333)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	54.143	3.156	2.145	13.376	72.820
Aquisição	1.002	-	4.609	-	5.611
Adição por redução de capital em controlada	1.566	-	-	-	1.566
Transferências	1.661	-	(1.661)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	58.372	3.156	5.093	13.376	79.997
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(30.833)	(878)	-	(4.232)	(35.943)
Amortização	(4.260)	-	-	-	(4.260)
Ajuste crédito PIS e COFINS(*)	(436)	-	-	-	(436)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(35.528)	(878)	-	(4.232)	(40.639)
Amortização	(4.306)	-	-	-	(4.306)
Adição por redução de capital em controlada	(1.299)	-	-	-	(1.299)
Ajuste crédito PIS e COFINS(*)	(440)	-	-	-	(439)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(41.573)	(878)	-	(4.232)	(46.683)
Taxas anuais de amortização - %	20	-	-	-	-

Resumo intangível líquido

Saldos em 31 de dezembro de 2019	18.615	2.278	2.145	9.144	32.181
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.799	2.278	5.093	9.144	33.314

(*) Direito de créditos de PIS e Cofins sobre aquisição de software confirmado por nossos consultores tributários.

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	53.221	3.156	184	13.376	69.937
Adição por aquisição de controlada	1.741	8	-	-	1.749
Ágio por aquisição de controlada	-	-	-	88.011	88.011
Aquisição	1.016	-	2.294	-	3.310
Reclassificação	-	-	(334)	-	(334)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	55.977	3.164	2.145	101.387	162.673
Aquisição	1.048	-	4.609	-	5.657
Alienação	(5)	-	-	-	(5)
Transferência	1.661	-	(1.661)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	58.681	3.164	5.093	101.387	168.325
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(30.833)	(878)	-	(4.232)	(35.943)
Adição por aquisição de controlada	(1.116)	-	-	-	(1.116)
Amortização	(4.415)	-	-	-	(4.415)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(436)	-	-	-	(436)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(36.800)	(878)	-	(4.232)	(41.910)
Amortização	(4.484)	-	-	-	(4.484)
Alienação	5	-	-	-	5
Ajuste crédito PIS e COFINS	(439)	-	-	-	(439)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(41.718)	(878)	-	(4.232)	(46.828)
Taxas anuais de amortização - %	20	-	-	-	-

Resumo intangível líquido

Saldos em 31 de dezembro de 2019	19.177	2.286	2.145	97.155	120.763
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.962	2.286	5.093	97.155	121.497

a. Provisão para redução ao valor recuperável do ágio. O ágio reconhecido na Controladora é oriundo da aquisição da Jahu, ocorrida em 2008, e da aquisição da GP Sul, ocorrida em 2011, e estes estão sendo considerados como o aporte do segmento de negócio Construção, representando esta, uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado. O valor recuperável desse ativo foi determinado com base nas mesmas premissas descritas na nota explicativa 13 e a Administração concluiu da mesma forma que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável desse ativo. **b. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).** O ágio apurado na incorporação de Solaris Participações apresentado na demonstração financeira consolidada é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, no valor de R\$ 88.011, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio oriundo da expectativa de rentabilidade futura é classificado no intangível, ao passo que no balanço da Controladora, deve permanecer na rubrica de investimentos. Esse ágio foi testado em 31 de dezembro de 2020 tendo sido seu valor recuperável superior ao valor contábil, não havendo assim necessidade de constituição de provisão de *impairment*. Esse ágio foi gerado na troca de ações quando da aquisição da Solaris e a Administração avaliou junto aos assessores legais não considerar dedutível para fins de IR e CSL.

15. Contas a pagar a terceiros

	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais – Terceiros	22.979	15.885
Fornecedores estrangeiros – Terceiros	665	504
	<u>23.644</u>	<u>16.389</u>
		31/12/2020
		<u>30.286</u>
		<u>26.670</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a compras a prazo de peças de reposição e suprimentos, serviços e bens do ativo imobilizado.

16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seu uso e despesas gerais, sendo indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos de 3,10% a 3,63% a.a. acrescido de CDI, com amortizações em bases mensais até setembro de 2021.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	-	1.940
Não circulante	-	605
	<u>-</u>	<u>2.545</u>
		4.547
		<u>6.543</u>
		<u>3.671</u>
		<u>10.214</u>

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020 são:

Empresa	Instituições financeiras
Solaris Equipamentos	Banco do Brasil
Solaris Equipamentos	Banco ABC

Segue abaixo a composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
Garantias concedidas:		
Alienação fiduciária (*)	-	26.993
		<u>14.049</u>
		<u>41.042</u>

(*) Refere-se a equipamentos adquiridos por intermédio de FINAME e capital de giro. As parcelas a vencer ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	4.547
		<u>4.547</u>

17. Debêntures

Descrição	Valor Série emitido	Venci-mento	Encargos financeiros	Controladora	Consolidado
				31/12/2020	31/12/2019
1ª emissão – Solaris (i)	Única 80.000	mar/14 fev/22	100% do CDI + 4% IPCA + 7,00 a.a.	-	-
				21.630	24.976
2ª emissão – Mills (ii)	2ª série 109.060	ago/12 ago/20		-	-
				56.428	56.428
Custo de emissão				(61)	(61)
				<u>56.367</u>	<u>56.367</u>
4ª emissão – Mills (iii)	Única 100.000	mar/20 mar/25	CDI + 2,35%	100.318	100.318
Custo de emissão				(1.727)	-
				<u>98.591</u>	<u>98.591</u>

Descrição	Valor Série emitido	Venci-mento	Encargos financeiros	Controladora	Consolidado
				31/12/2020	31/12/2019
5ª emissão – Mills (iv)	Única 84.000	dez/20 out/24	CDI + 4,25%	84.242	-
Custo de emissão				(1.349)	(1.349)
				<u>82.893</u>	<u>82.893</u>

Total controladora	181.484	56.367	-	-	-
Total consolidado	-	-	-	203.114	81.343
Circulante	40.124	56.367	-	57.829	77.417
Não circulante	141.360	-	-	145.285	3.926

(i) 1ª emissão de debêntures (controlada – Solaris Equipamentos). Em 20 de março de 2014, a controlada Solaris Equipamentos aprovou a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirográfrica no montante de R\$ 80.000, valor nominal unitário de R\$ 10 no total de 8.000 unidades emitidas. As debêntures têm vencimento final em 20 de março de 2019 e remuneração de fator DI mais 2,4% a.a. de "spread", com pagamentos mensais de juros e amortização em 49 parcelas mensais e contínuas, sendo o primeiro vencimento em 20 de março de 2015. Em 17 de abril de 2020, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, foi deliberado a celebração de aditamento ao "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Solaris Equipamentos e Serviços S.A.", de 19 de março de 2014, conforme aditado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, a fim, principalmente, de incluir carência de 12 meses para pagamento do principal a partir de abril de 2020, com vencimento em 20 de fevereiro 2022, estabelecendo também nova sobretaxa de remuneração de 5%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Controlada apresenta as garantias contratadas em aberto no montante de R\$ 32.466.

Covenants. As escrituras de emissão das debêntures da controlada preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, conforme abaixo: (1) Manutenção do índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas de sua respectiva apuração anual. (2) O Índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 (inclusive), até a data de vencimento. Desta forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Controlada atingiu todos os *covenants* as quais estava sujeita. **(ii) 2ª emissão de debêntures (Controladora – Mills).** Em 3 de agosto de 2012, foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirográfrica no valor de R\$ 270.000 e valor nominal unitário de R\$ 10. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 1.810 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão. • **2ª série** – 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$ 109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão, e os juros pagos anualmente corresponderão a 5,50% ao ano. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, os juros pagos anualmente corresponderão a 7,00% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima. **Covenants.** As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (iv) deverá ser igual ou inferior a 3. (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (ii) deverá ser igual ou superior a 2. Desta forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram atingidos todos os *covenants*. Em 17 de agosto de 2020, a Companhia efetuou o pagamento da última parcela no valor de R\$ 59.466. **(iii) 4ª emissão de debêntures (Controladora – Mills).** O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 3 de março de 2020, a realização da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), com prazo de vencimento de 60 meses, contados da data de sua emissão. A Emissão será composta por 100.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando, portanto, R\$ 100.000, com as respectivas garantias fiduciárias previstas nos documentos da Emissão, as quais serão ofertadas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Oferta Restrita"). A amortização do principal será realizada trimestralmente, com juros correspondentes à taxa do CDI+2,35% ao ano. Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Restrita e da Emissão serão destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos e ao reforço de caixa da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária do negócio. **Covenants.** As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (iv) deverá ser igual ou inferior a 2. (2) Para fins de apuração dos *covenants* da Quarta Emissão os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16. (3) "Dívida Líquida" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada; (4) "Despesa Financeira Líquida" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada; (5) "FCO" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, caixa líquido gerado nas atividades operacionais excluindo juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, aquisições de bens do ativo imobilizado de locação e juros pagos; e (6) "EBITDA" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes. Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, todos os *covenants* originais estão sendo cumpridos. **(iv) 5ª emissão de debêntures (Controladora – Mills).** O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 15 de setembro de 2020 a emissão de debêntures as quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Instrução CVM 476" e "Oferta", respectivamente), por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A." ("Escritura de Emissão") assim como: (a) alienação fiduciária de máquinas, equipamentos e bens móveis ("Máquinas e Equipamentos" e "Alienação Fiduciária"), nos termos do "Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia e outras Avenças", celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária"); e (b) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios oriundos da conta vinculada, de titularidade da Companhia, mantida junto ao Banco Depositário (conforme abaixo definido), bem como de todo e qualquer montante relacionado aos investimentos permitidos, que foram definidos no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) ("Cessão Fiduciária" e, quando em conjunto com a Alienação Fiduciária, "Garantias Reais"), nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças", celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária" e, quando em conjunto com o Contrato de Alienação 2 Fiduciária, "Contratos de Garantia", os quais, em conjunto com a presente RCA, a Escritura de Emissão e o Contrato de Depósito, foram denominados "Documentos da Operação". Em 04 de dezembro de 2020 o Conselho de Administração se reuniu para retificar e ratificar a aprovação da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 84 milhões. A Emissão foi composta por 84.000.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1,00, totalizando, portanto, R\$ 84 milhões com as respectivas garantias fiduciárias previstas nos documentos da Emissão, as quais foram ofertadas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Oferta Restrita"). A amortização do principal será realizada trimestralmente, com juros correspondentes a taxa do CDI+4,25% ao ano. Os recursos líquidos captados por meio da Oferta Restrita serão destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos, ao reforço de caixa e/ou ao capital de giro da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária de negócio. **Covenants.** As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida financeira Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3x (três vezes) e Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 0,75x. (2) Para fins de apuração dos *covenants* da Quarta Emissão os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16. (i) "Dívida Líquida" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada; (ii) "Despesa Financeira Líquida" significa,

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.



(*) Remensuração calculada no 4º trimestre de 2019 baseada na orientação CVM através de Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº02/2019, onde a Controladora e Controlada ajustaram o valor do seu reconhecimento inicial, que estava líquido de PIS e COFINS para apresentar bruto dos referidos impostos. **c. Fluxos contratuais por prazos e taxas de desconto.** O cálculo das taxas de desconto foi realizado, com base na taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

Prazos de contrato	Taxa a.a.	
	Imóveis	Veículos
2020	7,90%	7,90%
2021	8,02%	8,02%
2022	8,62%	8,62%
2023	9,04%	-
2024	9,42%	-
2025	9,63%	-
2026	9,81%	-
2029	10,07%	-

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise do vencimento dos passivos de arrendamento comparando as projeções com base nos fluxos nominais e reais em 31 de dezembro de 2020:

Prazos de pagamento	Inflação projetada(*)	Controladora		Consolidado	
		Imóveis	Veículos	Imóveis	Veículos
2020	3,04%	-	-	-	-
2021	3,44%	14.735	2.849	15.450	2.849
2022	4,08%	12.923	2.756	12.923	2.756
2023	4,23%	9.539	2.472	9.539	2.472
2024	4,43%	8.366	-	8.366	-
2025 a 2027	4,56%	14.037	-	14.037	-
2028 a 2029	4,69%	3.081	-	3.081	-
Fluxo nominal total dos pagamentos futuros		62.681	8.077	63.396	8.077
Encargos financeiros embutidos		14.210	934	14.210	934
Fluxo real total dos pagamentos futuros		48.471	7.143	49.186	7.143
Circulante		11.834	2.525	12.549	2.525
Não Circulante		36.637	4.618	36.637	4.618

(*) Taxa obtida conforme projeção de IPCA para as NTN-Bs. A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de imóveis e veículos, sendo os potenciais efeitos de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

Prazos de pagamento	Aliquota	Controladora		Consolidado	
		Nominal	Valor presente	Nominal	Valor presente
Contraprestação	-	70.095	54.951	70.810	55.666
PIS/COFINS potencial	9,25%	6.484	5.083	6.550	5.149

19. Partes relacionadas

a. Transações e saldos. Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não manteve contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração. **b. Remuneração da Administração.** Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários e encargos - Diretoria	9.712	6.135	10.530	7.525
Honorários do Conselho de Administração	4.146	3.604	4.146	3.604
Participação nos resultados	1.881	1.712	2.977	1.712
Pagamentos com base em ações	6.068	273	6.068	273
	21.807	11.724	23.721	13.114

c. Transações com empresas controladas. Os montantes referentes às transações *intercompany* estão relacionados a sublocação de equipamentos entre as companhias, conforme demonstrados a seguir:

Empresa	Natureza	31/12/2020			
		Contas a receber	Contas a pagar	Receita de sublocação	Custo com sublocação
Solaris Equipamentos	Sublocação de equipamentos	6.410	390	19.030	17.301

Empresa	Natureza	31/12/2019			
		Contas a receber	Contas a pagar	Receita de sublocação	Custo com sublocação
Solaris Equipamentos	Sublocação de equipamentos	1.451	2.893	1.725	3.446

20. Benefícios a empregados

a. Benefícios pós-emprego. Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados, referentes a plano de saúde, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuariais adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" e apresentados no patrimônio líquido. Os valores relacionados a esse benefício foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2020 e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 (CPC 33 R1).

	Controladora e Consolidado (*)	
	31/12/2020	31/12/2019
Benefício pós-emprego	11.868	12.646
Taxa de desconto		
2020	7,43% a.a. (3,80% real a.a.)	
2019	6,61% a.a. (3,00% real a.a.)	
Inflação Médica (HCCTR)		
2020	3,00% a.a.	
2019	3,50% a.a.	
Taxa de desligamento (*)		
2020	85% / (TS+1)	
2019	AT-2000	
Tábua de mortalidade geral		
2020	IAPB-57	
2019	Álvaro Vindas	
Tábua de entrada em invalidez		
2020	100% aos 60 anos	
2019	10%	
Probabilidade de Adesão		
2020	90% dos participantes	
2019	Homem 4 anos mais velho que a mulher	
Composição familiar antes da aposentadoria/Probabilidade de casados		
2020	Composição real do grupo familiar	
2019	90% dos participantes	
Composição familiar antes da aposentadoria/Diferença de idade para os participantes ativos		
2020	Homem 4 anos mais velho que a mulher	
2019	Composição real do grupo familiar	

(*) TS = tempo de serviço. **Análise de sensibilidade.** As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefício pós-emprego são: custos médicos e taxa de desconto. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2020 demonstradas a seguir, foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do exercício das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança de premissa	Diminuição de passivo	Mudança de premissa	Aumento do passivo
Mudança no PBO - HCCTR	aumento de 1,0 p.p	2.389	-	1.889
Mudança na despesa - HCCTR	aumento de 1,0 p.p	212	diminuição de 1,0 p.p	165
Mudança no PBO - Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	987	diminuição de 0,5 p.p	1.120
Mudança na despesa - Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	33	diminuição de 0,5 p.p	34

b. Riscos inerentes ao benefício pós-emprego. Os riscos inerentes identificados ao benefício pós-emprego são: (i) risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente; e (ii) risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente. **c. Evento Especial.** Em setembro de 2019, a Companhia decidiu por extinguir a cobrança de contribuição fixa de seus empregados titulares, tal ação congela o período contributivo dos seus empregados naquela data, gerando um ganho para Companhia. A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Opções em milhares					
	Data da outorga	Data final de exercício	Opções outorgadas	Opções exercidas	Opções canceladas	Opções em aberto
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	(106)	-
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(597)	(587)	-
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(402)	(856)	-
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(91)	(677)	-
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	(260)	-
Programa 2016	28/04/2016	28/04/2024	1.700	(311)	(831)	558

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente ao seu componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os *stock prices* com bases em *valuations* de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida, e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo. Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo ponderado por opção	Preço médio da concessão	Preço do exercício na data de concessão	Volatilidade na data de concessão	Rendimento na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2016	Discricionária	2,63	4,31	2,63	71,45%	1,51%	14,25%	8 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração da Companhia. A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	31/12/2020		31/12/2019	
Plano 2002:				
Reserva de capital	-	1.446	-	1.446
Número de opções exercidas (milhares)	-	3.920	-	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e ex-CEO:				
Reserva de capital	-	1.148	-	1.148
Número de opções exercidas (milhares)	-	1.055	-	1.055
Plano executivos Mills Rental:				
Reserva de capital	-	4.007	-	4.007
Número de opções exercidas (milhares)	-	391	-	391
Plano 2010:				
Reserva de capital	-	5.693	-	5.693
Número de opções a exercer (milhares)	-	-	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	-	1.369	-	1.369
Número de opções canceladas (milhares)	-	106	-	106
Programa 2011 (Plano 2010):				
Reserva de capital	-	7.329	-	7.329
Número de opções a exercer (milhares)	-	-	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	-	597	-	597
Número de opções canceladas (milhares)	-	587	-	587
Programa 2012 (Plano 2010):				
Reserva de capital	-	14.162	-	14.162
Número de opções a exercer (milhares)	-	-	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	-	402	-	402
Número de opções canceladas (milhares)	-	856	-	856
Programa 2013 (Plano 2010):				
Reserva de capital	-	11.900	-	11.900
Número de opções a exercer (milhares)	-	-	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	-	91	-	91
Número de opções canceladas (milhares)	-	677	-	164

Programa 2014 (Plano 2010):

Reserva de capital	-	4.701	-	4.701
Número de opções a exercer (milhares)	-	-	-	158
Número de opções exercidas (milhares)	-	-	-	-
Número de opções canceladas (milhares)	-	260	-	102
Programa 2016:				
Reserva de capital	-	2.520	-	2.111
Número de opções a exercer (milhares)	-	558	-	649
Número de opções exercidas (milhares)	-	311	-	220
Número de opções canceladas (milhares)	-	831	-	831
Total registrado como patrimônio (acumulado)	-	52.906	-	52.497
Feito no resultado	-	409	-	412

- Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de reservas de capital atribuíveis aos planos de stock options já encerrados até 2014 foram transferidos para resultados acumulados no montante de R\$ 4.691. **d. Programa de incentivo com ações restritas.** A Companhia possui planos de incentivo com ações restritas aprovado pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Ações em milhares			
			Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações canceladas	Ações em aberto
Programa 2018	19/11/2018	18/11/2021	868	590	278	-
Programa 2019	14/08/2019	31/12/2021	858	-	-	858
Programa 2020	14/10/2020	31/12/2022	566	-	-	566

Para precificação do custo das parcelas do plano de ações restritas referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, o *dividend yield* e os *stock prices*, tendo sido utilizado o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo. Em 14 de outubro de 2020, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a aprovação da outorga de ações restritas aos beneficiários sobre a aprovação do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia 2020 ("Programa de Ações Restritas 2020"), no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia ("Plano de Ações Restritas") aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018. Os planos concedidos foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Valor justo ponderado por ação	Preço médio ponderado da ação na data de concessão	Preço do exercício na data de concessão	Volatilidade na data de concessão	Rendimento na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2018	3,17	3,18	-	54,56%	-	5,04%	36 meses
2019	7,43	7,44	-	55,71%	-	2,36%	29 meses
2020	6,11	6,12	-	75,89%	-	0,58%	27 meses

Plano 2018:

Reserva de capital	-	2.759	-	868
Número de opções a exercer (milhares)	-	590	-	278
Número de opções exercidas (milhares)	-	-	-	-
Número de opções canceladas (milhares)	-	-	-	-

Plano 2019:

Reserva de capital	-	3.744	-	1.101
Número de opções a exercer (milhares)	-	858	-	858
Número de opções canceladas (milhares)	-	-	-	-

Plano 2020:

Reserva de capital	-	386	-	-
Número de opções a exercer (milhares)	-	566	-	-
Número de opções canceladas (milhares)	-	-	-	-
Total registrado com patrimônio (acumulado)	-	4.130	-	3.860
Feito no resultado	-	3.028	-	3.783

Por meio de deliberação do Conselho de Administração, em 14 de agosto de 2019, a Companhia antecipou a liquidação do programa de ações restritas da Companhia, referente ao exercício de 2018, para janeiro de 2020. O total de ações previstas referentes ao ILP de 2018 foi de 867.798 ações. Foram canceladas 54.371 ações, por perda dos direitos por parte de alguns beneficiários, remanescendo uma quantidade de 813.427 ações. Considerando o valor da ação na data de entrega aos beneficiários foi de R\$ 9,92 por ação, o montante base de cálculo para encargos previdenciários aplicáveis a esse tipo de benefício foi de R\$ 8.069. Desse total foi deduzida a quantidade de 223.692 equivalentes ao imposto de renda na fonte, tendo os beneficiários, recebido a quantidade líquida de 589.735 ações. Considerando o valor médio das ações em tesouraria, de R\$ 8,87 por ação, o resultado baixado da conta de ações em tesouraria foi de R\$ 5.231, por tratar-se de pagamento via instrumento patrimonial, sem efeito caixa para a Companhia. O montante de R\$ 4.691 foi reconhecido em prejuízos acumulados e também foi absorvido o montante de R\$ 2.759 da reserva de capital anteriormente constituída. **e. Programa de participação nos resultados.** A provisão para participação resultados é constituída de acordo com o regime de competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, é feita nos termos do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados negociado anualmente com o sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13. O Programa de Participação Resultados da Companhia é baseado no atingimento do EBITDA ajustado. Todos os colaboradores da Mills e controlada com pelo menos 90 dias trabalhados são elegíveis. Em 31 de dezembro de 2020, o valor do passivo registrado é no montante de R\$ 5.865 na controladora e R\$ 7.226 no consolidado (R\$ 5.986 e R\$ 8.840, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019).

21. Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social. A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (Prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição Social	(1.563)	(64.355)	2.594	(57.044)
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	531	21.881	(882)	19.395
Provisões não dedutíveis (**) e diferenças permanentes	(3.826)	(1.177)	(6.459)	(655)
Ajustes de glosa <i>leasing</i> (**)	-	(4.536)	-	(4.536)
Resultado de equivalência patrimonial	111	3.207	-	(2.092)
Outros	-	-	-	(48)
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e				

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.



A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade do ativo fiscal diferido reconhecido em 31 de dezembro de 2020 e concluiu que existem evidências suficientes de que haverá disponibilidade de lucros tributáveis futuros para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados e demais adições temporária, em prazo inferior a dez anos. A determinação do valor dos lucros tributáveis futuros baseia-se em projeção de receitas, custos e resultado financeiro, que refletem os ambientes econômico e operacional da Companhia. Para a data base de 31 de dezembro de 2020 não tiveram mudanças relevantes quanto às expectativas de lucratividade futura para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados e demais adições temporárias, em prazo inferior a dez anos. As ações com vistas à geração de lucro tributável são as que estão em curso por meio da execução da estratégia comercial com foco na recuperação de preço, maior cobertura de mercado com a diversificação da base de clientes e aumento da rentabilidade, na unidade de negócios Rental. E no foco para adequar os produtos e os esforços para os mercados onde a Companhia sempre teve um diferencial maior: as obras de maior porte e complexidade, na unidade de negócios Construção. Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos existentes em 31 de dezembro de 2020:

	Controladora	Consolidado
2021	1.911	5.400
2022	29.479	31.511
2023	38.536	42.933
2024 e 2025	101.585	119.558
2026 a 2027	64.617	95.686
2028 a 2029	-	19.530
Total	236.128	314.618

22. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo tais questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomadas em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente. A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados. Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributários (1)	127	5.030	457	5.030
Cíveis (2)	1.231	1.547	2.021	2.311
Trabalhistas (3)	11.412	10.489	15.569	13.804
Honorários de êxito (4)	2.367	2.503	2.367	2.503
	15.137	19.569	20.414	23.648

(1) Refere-se ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de PIS e COFINS (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003). A Companhia efetuou, em 2020, o levantamento do valor depositado, devido decisão final desfavorável a Companhia, revertendo em pagamento definitivo a União. (2) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade civil e indenizações. Algumas destas causas foram liquidadas por acordos em valor abaixo do contingenciado. (3) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial. (4) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável, à Companhia, dos processos. Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 1º de janeiro	19.569	25.142	23.648	25.142
Ajuste aquisição Solaris Equipamentos até Abril/2019	-	-	-	4.795
Constituições	3.861	4.107	5.921	5.599
Atualizações monetárias	1.816	1.988	1.816	1.988
Reversões/baixas	(10.109)	(11.668)	(10.971)	(13.876)
	15.137	19.569	20.414	23.648

a. Composição dos depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias (i)	4.089	8.734	4.129	8.771
Trabalhistas (ii)	3.349	3.448	3.477	3.591
Cíveis (iii)	-	-	66	101
	7.438	12.182	7.672	12.463

(i) Em 31 de dezembro de 2020, a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$ 4.089. A conciliação desse montante refere-se ao informado abaixo nas contingências tributárias item "i", (subitem "a") que totalizam R\$ 3.442 e ao levantamento do depósito do Mandado de Segurança (MS) nº 2004.51.01.004267-5 referente as alíquotas do PIS e da COFINS, totalizando uma reversão de R\$ 4.661 no saldo apresentado em 2019, que devido a uma decisão desfavorável a Companhia, os depósitos foram transformados em pagamento definitivo em favor da União Federal. (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial. (i) Depósitos judiciais relativos a ações indenização por danos materiais e morais das quais a companhia é ré. A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias (i)	61.715	63.929	80.198	76.818
Cíveis (ii)	4.928	13.152	5.367	13.596
Trabalhista (iii)	9.502	11.332	10.368	12.480
	76.145	88.413	95.933	102.894

(i) **Tributárias, principais itens:** (a) Auto de Infração de ICMS, recebido pela controlada Sullair, imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços lavrado no montante aproximado de R\$ 59.000 de principal que perfaz um total de cerca de R\$ 200.000 acrescido de multa e juros. Resumidamente, esta autuação questiona o recolhimento do imposto ICMS principalmente sobre a movimentação de ativos de locação durante os exercícios de 2012 e 2013. Após defesa administrativa, o valor possível de perda foi reduzido para R\$ 4.391 pois houve o reconhecimento de que a maioria dos ativos constantes do Auto de Infração eram de locação e não para estoques e que não há incidência de ICMS na operação. Os demais processos se referem, basicamente, a execução de créditos tributários referentes a dívida ativa, compensações de INSS sobre verbas de natureza indenizatórias e a embargos opostos à execução fiscal, ajudada pela União, para a cobrança de diferenças de COFINS e de créditos tributários decorrentes do aumento da alíquota de 1% para 3% da COFINS. (b) Glosa de despesas supostamente não dedutíveis, incluídas no PIS e COFINS, por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que doravante eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil; (c) Exigência da Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido; (d) Não reconhecimento por parte do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98; (e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre os créditos parcelados por denúncia espontânea; (f) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de imposto sobre o lucro líquido - ILL, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). (g) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ do ano calendário de 2012. A Receita Federal do Brasil considerou não declaradas as referidas declarações de compensação, com base no artigo 74, § 3º, inciso VI da Lei nº 9.430/96. A Companhia impetrou mandado de segurança visando a garantir o seu direito líquido e certo de ter as declarações de compensação analisadas, visto que estas não se enquadram em quaisquer das hipóteses legais alegadas pela Receita Federal do Brasil. (ii) **Cíveis.** A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material. (a) A variação foi principalmente oriunda da mudança de prognóstico de perda remota para possível, referente a alguns processos de indenização por dano moral e material. (iii) **Trabalhistas.** A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

23. Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ/CSLL	1.920	-	2.917	278
IRRF*	6.037	943	6.045	955
PIS e COFINS*	7.307	5.564	7.307	7.168
PIS e COFINS diferido	-	-	-	588
INSS	50	-	52	31
ICMS	723	198	724	328
ISS	101	178	115	234
Outros	415	407	444	455
	16.553	7.290	17.604	10.037
Circulante	6.205	7.290	7.256	9.397
Não circulante	10.348	-	10.348	640

(* Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ dos anos calendário de 2012 e 2013 e ECF de 2014, por inconsistências no cálculo. A época das compensações, o crédito foi reconhecido a crédito de despesa de IR/CS correntes. A glosa foi, então, reconhecida a débito no resultado na mesma rubrica contábil e a contrapartida foi o passivo dos tributos cuja compensação foi considerada indevida, notadamente PIS e COFINS e tributos retidos.

24. Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando a equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio desse sistema especial de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas: (a) O prazo do parcelamento foi de 180 meses. (b) Redução de 60% dos valores relativos a multas de ofício e de mora e 25% de redução de juros de mora. (c) Foram parcelados débitos de: (i) PIS e COFINS (compreendidos entre os períodos de abril de 2002 a maio de 2004) (ii) IRPJ (de dezembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004) (iii) CSLL (de novembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004) (iv) INSS - Contribuição adicional ao SAT. INSS - Contribuição adicional ao SAT. Os valores relativos a PIS/COFINS, IRPJ e CSLL haviam sido compensados com créditos de PIS e COFINS sobre locação (de setembro de 1993 a janeiro de 1999), referente a locação e montagem de bens próprios locados. A origem desses créditos baseava-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal que não considera locação de bens móveis como prestação de serviço. Diante da nova orientação jurisprudencial, firmada no Superior Tribunal de Justiça (1ª Seção do STJ - julgamento em setembro de 2009 do Recurso Especial nº 929.521), que pacificou o entendimento acerca da incidência da COFINS sobre as receitas auferidas com as operações de locação de bens móveis, a Companhia decidiu parcelar o montante referente aos débitos acima referidos. A consolidação dos débitos ocorreu em 29 de junho de 2011 conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011. Como consequência da adesão a esse parcelamento especial, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, e vem realizando os pagamentos das parcelas do REFIS, sobre a dívida consolidada em junho de 2011. (d) Quando da etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, em 30 de junho de 2010, a Companhia decidiu incluir um débito de INSS tendo em vista a mudança de perspectiva de êxito da demanda de provável para remoto, segundo parecer dos consultores jurídicos externos. Ainda na etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, foram excluídos débitos relativos a PIS e COFINS considerados como prescritos pelo consultor jurídico externo. (e) Ainda na etapa da consolidação de débitos em junho de 2011, a Companhia identificou que cinco débitos, sendo dois referentes à COFINS e três à CSLL, não haviam sido disponibilizados no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil para fins de consolidação.

	Saldo em 31 de dezembro de 2019			Atualizações SELIC			Saldo em 31 de dezembro de 2020			
	1.100	(339)	-	120	881	1.100	(339)	-	120	881
PIS	3.424	(1057)	-	376	2.743	3.424	(1057)	-	376	2.743
COFINS	1.406	(434)	-	154	1.126	1.406	(434)	-	154	1.126
IRPJ	132	(40)	-	14	106	132	(40)	-	14	106
CSLL	494	(202)	-	51	343	494	(202)	-	51	343
INSS	6.556	(2.072)	-	715	5.199	6.556	(2.072)	-	715	5.199
Circulante	1.434	-	-	-	1.434	1.434	-	-	-	1.434
Não Circulante	5.122	-	-	-	3.743	5.122	-	-	-	3.743

25. Patrimônio líquido

a. **Capital subscrito.** O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 é representado pelo valor de R\$ 1.089.642 (R\$ 1.089.379 em 31 de dezembro de 2019), dividido em 251.954 mil (251.866 mil em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações de acionistas. Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
Acionistas				
Andres Cristian Nacht(1)	13.657	5,42%	13.817	5,49%
Snow Petrel LLC	23.677	9,40%	23.677	9,40%
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia(4)	22.957	9,11%	23.044	9,15%
Família Nacht (total)	60.290	23,93%	60.538	24,04%
SCG III Fundo de Investimento em Participações (6)	51.556	20,46%	51.556	20,47%
Sullair Argentina S.A. (5)	22.096	8,77%	22.096	8,77%
Fundo de Investimento em participações Axxon				
Brazil Private Equity Fund II (2)	12.294	4,88%	12.294	4,88%
Fama Investimentos Ltda. (3)	9.123	3,62%	9.123	3,62%
Outros	96.594	38,34%	96.259	38,22%
	251.954	100,00 %	251.866	100,00 %

(1) Em 19 de dezembro de 2017, passou a deter participação relevante de 11,79% para 7,87%, dividido esse valor entre Antonia Nacht, Pedro Nacht e Tomas Nacht, resultando em 2.295.736 ações para cada um. Em 13 de abril de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM. (2) Em 20 de julho de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM. (3) Em 25 de março de 2019, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM. (4) Signatários do Acordo de Acionistas da Família Nacht, excluindo Andres Cristian Nacht e Snow Petrel S.L. Considera a posição referente à 28 de dezembro de 2016, já reportada à CVM, de acordo com a Instrução CVM nº 358/02. (5) Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos e a Sullair Argentina passou a deter 22.096.641 ações da Companhia. (6) Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos e a SCG III Fundo de Investimentos em Participações passou a deter 51.556.496 ações da Companhia. b. **Reservas de lucros. b.1. Reserva legal.** Quando apurado lucro ao final do exercício, a reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. b.2. **Retenção de lucros.** Retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. c. **Reserva de capital.** A reserva de capital é constituída por reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$ 57.036 em 31 de dezembro de 2020, referente aos planos de *stock options* para os empregados e os programas de incentivo a longo prazo de ações restritas, em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 56.357. d. **Custo com emissão de ações.** Os custos com emissão de ações representam os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital no montante de R\$ 18.448 em 31 de dezembro de 2020 e 2019. e. **Ações em Tesouraria.** O saldo das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2020 é de 1.688.687 no valor total de R\$ 15.056 (em 31 de dezembro de 2019 - 2.278.422 ações no valor total de R\$ 20.287), composto pelo custo das ações canceladas no montante de R\$ 557, o valor da compra das ações em 2015 no montante de R\$ 19.777, a alienação de ações no montante de R\$ 47 e o pagamento do programa de incentivo de longo prazo - ILP 2018 no montante de R\$ 5.231 (vide nota explicativa 20.d)

26. Resultado por ação

a. **Básico.** O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	Controladora e Consolidado (*)	
	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade	(4.747)	(44.980)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	207.493	198.678
	(0,02)	(0,23)

Prejuízo básico por ação provenientes das operações continuadas
b. **Diluído.** O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora e Consolidado (*)	
	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade	(4.747)	(44.980)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	207.493	198.678
Prejuízo diluído por ação provenientes das operações continuadas	(0,02)	(0,23)

(* As opções de ações não causaram efeito no cálculo acima em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 por conta das ações ordinárias potenciais serem antiluidoras.

27. Receita líquida de locação, vendas e serviços

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	Controladora		Consolidado (*)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Locação	397.472	291.702	498.759	428.584
Vendas de novos	11.010	14.778	22.525	26.243
Venda de seminovos	21.023	9.321	32.502	16.917
Venda de seminovos (outros)	1.752	12.178	1.875	12.189
Assistência técnica	4.191	8.069	9.942	8.052
Indenizações	13.329	11.770	13.329	11.770
Outros (i)	8.669	6.622	10.109	6.622
Total receita bruta	457.446	354.440	589.041	510.377
Impostos sobre vendas e serviços	(39.433)	(31.324)	(51.885)	(46.975)
Cancelamentos e descontos	(17.874)	(17.586)	(30.817)	(23.937)
	400.139	305.530	506.339	439.465

(i) Refere-se a receita com recuperação de despesas de equipamentos ou máquinas danificados pelo locatário (cliente).

28. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas com vendas, gerais e administrativas (por natureza)

Os custos dos produtos vendidos e de serviços prestados (CPV), referem-se principalmente a gastos com: (i) Pessoal para supervisão das obras, assistência técnica, montagem, movimentação, manutenção de equipamentos e projetistas; (ii) Fretes de transporte de equipamentos, quando de responsabilidade da Companhia e de transferência de equipamentos; (iii) Aluguel de equipamentos de terceiros; (iv) Gastos relacionados diretamente à administração do depósito, estocagem, movimentação e manutenção dos ativos de locação e de revenda, contemplando despesas com EPIs usados nas atividades operacionais (movimentação, estocagem e manutenção), insumos (gás de empilhadeira, gases para solda, compensados, tintas, sarrafos de madeira, dentre outros) e manutenção de máquinas e equipamentos (empilhadeiras, máquinas de solda, hidrojetadoras, talhas e ferramentas em geral); (v) Provisões para estoques de giro lento e para redução ao valor recuperável, conforme notas explicativas 8 e 13, respectivamente; As despesas com vendas, gerais e administrativas referem-se a despesas correntes, tais como salários, benefícios, viagens, representações dos diversos departamentos, incluindo Comercial, Marketing, Engenharia e departamentos do *backoffice* administrativo, como RH e Financeiro e Relações com Investidores; além das despesas patrimoniais da matriz e diversas filiais (aluguéis, taxas, segurança e conservação e limpeza, principalmente), provisões para programas de *stock options*, provisões para contingências e alguns desembolsos de caráter não permanente.

	2020			2019		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(45.755)	(62.605)	(108.360)	(43.939)	(52.238)	(96.177)
Terceiros	(1.807)	(24.910)	(26.717)	(2.399)	(26.559)	(28.958)
Frete	(12.537)	(1.690)	(14.227)	(9.885)	(1.083)	(10.968)
Material construção/manutenção e reparo	(54.971)	(4.459)	(59.430)	(36.037)	(3.731)	(39.768)
Aluguel de equipamentos e outros	(18.357)	(1.320)	(19.677)	(3.760)	(1.149)	(4.909

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.



Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros. **Demonstração do resultado por segmento de negócio**

	Construção		Rental		Outros(*)		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	84.095	81.948	316.044	223.598	-	(16)	400.139	305.530
(-) Custos	(43.814)	(41.541)	(119.064)	(74.491)	-	-	(162.878)	(116.032)
(-) Despesas	(31.513)	(42.484)	(75.544)	(72.523)	(642)	(1.275)	(107.699)	(116.282)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	7.549	(4.915)	(7.956)	(3.884)	-	-	(407)	(8.799)
(-) Depreciação e amortização	(47.610)	(53.060)	(75.103)	(74.075)	-	-	(122.713)	(127.135)
(+) Outras receitas	522	858	527	662	-	75	1.049	1.595
(-) Perdas estimadas por valor não recuperável	(151)	-	-	-	-	-	(151)	-
(+) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	28	9.434	-	-	28	9.434
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(30.922)	(59.194)	38.932	8.721	(642)	(1.216)	7.368	(51.689)
Receita financeira	4.192	5.075	3.374	4.415	12	94	7.578	9.584
Despesa financeira	(7.816)	(11.129)	(8.306)	(10.651)	(387)	(470)	(16.509)	(22.250)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(34.546)	(65.248)	34.000	2.485	(1.017)	(1.592)	(1.563)	(64.355)
(-) IRPJ/CSLL	11.746	15.449	(15.292)	3.550	362	376	(3.184)	19.375
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(22.800)	(49.799)	18.708	6.035	(655)	(1.216)	(4.747)	(44.980)

	Construção		Rental		Outros(*)		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	84.095	81.948	422.244	357.533	-	(16)	506.339	439.465
(-) Custos	(43.814)	(41.541)	(140.864)	(113.509)	-	-	(184.678)	(155.050)
(-) Despesas	(31.513)	(42.484)	(125.003)	(110.680)	(642)	(1.275)	(157.158)	(154.439)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	7.549	(4.915)	(10.696)	(6.559)	-	-	(3.147)	(11.474)
(-) Depreciação e amortização	(47.610)	(53.060)	(102.728)	(109.185)	-	-	(150.338)	(162.245)
(+) Outras receitas	522	858	2.145	(179)	-	75	2.667	754
(-) Perdas estimadas por valor não recuperável	(151)	-	-	-	-	-	(151)	-
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(30.922)	(59.194)	45.098	17.421	(642)	(1.216)	13.534	(42.989)
Receita financeira	4.192	5.075	9.949	8.749	12	94	14.153	13.918
Despesa financeira	(7.816)	(11.129)	(16.890)	(16.374)	(387)	(470)	(25.093)	(27.973)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(34.546)	(65.248)	38.157	9.796	(1.017)	(1.592)	2.594	(57.044)
(-) IRPJ/CSLL	11.746	15.449	(19.449)	(3.761)	362	376	(7.341)	12.064
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(22.800)	(49.799)	18.708	6.035	(655)	(1.216)	(4.747)	(44.980)

	Construção		Rental		Outros(*)		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado	435.022	458.877	1.032.395	718.522	-	-	1.467.417	1.177.399
Custo de aquisição	(332.826)	(308.260)	(750.011)	(471.348)	-	-	(1.082.837)	(779.608)
(-) Depreciação acumulada	102.196	150.617	282.384	247.174	-	-	384.580	397.791
Outros ativos	309.925	214.391	710.489	674.178	27.703	26.452	1.048.117	915.021
Ativo total	412.121	365.008	992.873	921.352	27.703	26.452	1.432.699	1.312.812

(*) Trata-se de operações remanescentes das antigas unidades de negócio Serviços Industriais e Eventos.

31. Instrumentos financeiros

31.1. Categoria de instrumentos financeiros. A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

Ativos financeiros	Classificação	Nível	Valor contábil Controladora		Valor contábil Consolidado	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa Swap	Valor justo por meio de resultado	1	285.993	73.656	378.905	124.910
	Valor justo por meio de resultado	1	-	-	808	43
	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3	39.341	50.579	39.341	50.579
Investimento Rohr	Contas a receber de clientes	-	82.478	68.005	100.374	116.803
	Contas a receber de partes relacionadas	-	6.410	1.451	-	-
Passivos financeiros	Custo amortizado	-	-	2.545	4.547	10.214
	Empréstimos e financiamentos	-	181.484	56.367	203.115	81.343
	Debêntures	-	55.615	53.176	56.330	58.655
	Arendamentos	-	23.629	16.389	30.271	26.670
	Contas a pagar a terceiros	-	390	2.893	-	-
	Contas a pagar a partes relacionadas	-	57.036	56.357	57.036	56.357

O Conselho Fiscal da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 17 de março de 2021, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e com base nos exames efetuados e no parecer, sem quaisquer ressalvas, dos Auditores Independentes relativos a tais Demonstrações Financeiras, emitido em 17 de março de 2021, e, ainda, as informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia ao longo do exercício, os membros do presente órgão decidiram, por unanimidade, opinar favoravelmente acerca dos documentos referentes ao exercício de 2020, mencionados anteriormente, sem qualquer ressalva ou restrição, indicando seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária da Companhia para os devidos fins de direito.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2021.
Membros do Conselho Fiscal:
Rubens Branco da Silva; Rodrigo Fagundes Rangel
Peter Edward Cortes Marsden Wilson

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2020. Rio de Janeiro 17 de março de 2021.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. Rio de Janeiro – RJ, **opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. **Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas".** Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria. Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - Valor recuperável do ativo imobilizado e ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) das Unidades Geradoras de Caixa ("UGC's") - Construção e Rental. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.2 (ix), 2.2 (x), 2.2 (xi), 3.1, 13 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria. A Companhia avaliou o valor recuperável das suas Unidades Geradoras de Caixa ("UGC's"), representadas pelos segmentos de Construção e Rental, que inclui imobilizado e ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), utilizando o método de fluxo de caixa descontado para determinar o valor em uso de cada UGC, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento. Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e às estimativas e aos julgamentos para determinar o valor recuperável de cada UGC, tais como a taxa de desconto, o crescimento econômico projetado, a inflação de custos estimados, utilizados na determinação do valor em uso em cada UGC, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Obtivemos o entendimento do processo de preparação e revisão do orçamento e das análises para determinar o valor recuperável de cada UGC, conforme disponibilizadas pela Companhia. Avaliamos a razoabilidade da determinação das UGCs pela Companhia, da avaliação do seu valor em uso em cada UGC preparada pela Companhia e da metodologia utilizada por ela para determinar o valor em uso das UGCs. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do modelo de fluxo de caixa descontado e comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos estimados e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas e uma análise de sensibilidade na projeção de receitas e custos. Comparamos o orçamento para o ano corrente aprovado no exercício anterior com os valores reais apurados no ano corrente de forma a verificar a capacidade da Companhia em projetar resultados futuros. Comparamos o valor recuperável determinado pela Companhia com o valor contábil de cada UGC. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis o valor recuperável do imobilizado e do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) das UGCs e as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 tomadas em conjunto.

2 - Mensuração do valor justo do investimento em ações da Rohr S.A. Estrutura Tubulares. Conforme mencionada nas Notas Explicativas nºs 2.2 (iii - c), 3.1 e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria. A Companhia classifica o investimento em ações da Rohr S.A. Estrutura Tubulares como um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para o cálculo do valor justo desse investimento utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras. Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar o valor justo desse investimento, como a taxa de desconto, o crescimento econômico projetado, a inflação de custos estimados, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Obtivemos o entendimento do processo de preparação e revisão do fluxo de caixa descontado para determinação do valor justo desse investimento. Avaliamos a razoabilidade das projeções preparadas pela Companhia e da metodologia utilizada para mensuração do valor justo do investimento. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do fluxo de caixa descontado e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos estimados e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas. Comparamos se o valor justo do investimento apurado com base no método de fluxo de caixa descontado foi devidamente contabilizado em 31 de dezembro de 2020. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do valor justo desse investimento, os quais foram registrados e divulgados pela administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor justo desse investimento e as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2020 tomadas em conjunto.

3 - Valor recuperável dos impostos diferidos ativos. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.2 (vi), 3.3 e 21 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

31.2. Valor justo dos instrumentos financeiros. Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). • **Nível 3** - inputs, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **a. Valor justo do caixa e equivalente de caixa.** Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos. **b. Valor justo do investimento Rohr.** Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui um Investimento avaliado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Investimento Rohr, registrado no montante de R\$ 39.341 (R\$ 50.579 em 31 de dezembro de 2019), conforme apresentado na nota explicativa 11.b. Esse instrumento financeiro é classificado no nível 3. **c. Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.** A Controlada contrata, em determinadas situações, instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio.

Referência em 2018	Direito a receber (ponta ativa)	Obrigação (ponta passiva)	Vencimento	Ponta ativa	Ponta passiva	Consolidado Saldo swap
Banco do Brasil	8.678	Variação cambial + 7,75% a.a.	100% CDI+3,63%	13/08/2021	3.828 (3.019)	808

31.3. Instrumento financeiro ao custo amortizado. a. Empréstimos e financiamentos. Custo amortizado de ativo ou passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, quaisquer alterações na amortização ou juros e perdas no valor recuperável. Os valores justos dos passivos financeiros, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis. **b. Debêntures**

Divida	Valor contábil Consolidado		
	Indicador	31/12/2020	31/12/2019
1ª emissão de debêntures – Solaris Equipamentos	CDI	21.631	24.976
2ª emissão de debêntures:			
2ª Série	IPCA	-	56.428
4ª emissão de debêntures	CDI	100.318	-
5ª emissão de debêntures	CDI	84.242	-
		206.191	81.403

32. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Riscos operacionais	1.628.285	1.339.943	2.299.610	2.219.677
Danos patrimoniais	429.946	480.642	488.598	613.678
Responsabilidade civil	110.000	110.000	110.500	110.500

33. Eventos subsequentes

33.1. Reduções de capital. Em 21 de janeiro de 2021, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital da Solaris, na filial Barcarena (PA), no valor de R\$ 1.600, passando o capital social dos atuais R\$ 133.348 para R\$ 131.748. Em 25 de janeiro de 2021, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital da Solaris, na filial Vila Olímpia (SP), no valor de R\$ 424, passando o capital social dos atuais R\$ 131.748 para R\$ 131.324. Em 22 de fevereiro de 2021, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital da Solaris, na filial Macaé (RJ), no valor de R\$ 5.416, passando o capital social dos atuais R\$ 131.324 para R\$ 125.908. **33.2. Contribuição Previdenciária sobre 1/3 de férias.** A Companhia foi notificada pelo TRF/2 em 18 de fevereiro de 2021, a recolher em 30 dias, o INSS sobre 1/3 de férias, em função de decisão do Supremo Tribunal Federal em outubro de 2020, que considerou a referida verba com incidência de INSS. Desde outubro de 2020 a Companhia já recolhe INSS sobre 1/3 de férias. A decisão do Supremo Tribunal Federal ainda não foi modulada, ou seja, o referido Tribunal não decidiu se a mesma valerá apenas após a decisão, ou se retroagirá. Como medida de mitigação de risco e visando aproveitar a não incidência de multa para o pagamento dessa eventual contingência no prazo de 30 dias, a Companhia optou por efetuar o pagamento do montante de R\$ 3.390, que representa o valor atualizado desde setembro de 2013, quando ingressou com a ação para suspender o pagamento, até setembro de 2020, mês anterior à decisão do Supremo Tribunal Federal no prazo legal. Caso a modulação seja favorável aos contribuintes e não retroaja, a Companhia poderá solicitar o ressarcimento ou compensação do valor pago com os débitos futuros de INSS ou outro tributo federal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Francisca Kjellerup Nacht,	Roberto Pedote,
Eduardo Luiz Wurzmann,	Ana Lucia M Caltabiano,
Diego Stark,	Juan Jorge Eduardo Oxenford,
Jesper Rhode Andersen e Marise Ribeiro Barroso.	

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	
Sergio Kariya – Presidente	James Oliver Guerreiro Carneiro - Diretor Administrativo-Financeiro e de RI
Ricardo de Araújo Gusmão – Diretor	Daniel Brugini - Diretor
Eduardo Lema – Diretor	Kleber Racy – Diretor

CONSELHO FISCAL	
Rubens Branco da Silva,	Rodrigo Fagundes Rangel e Peter Edward Cortes Marsden Wilson

RESPONSÁVEL TÉCNICO CONTÁBIL	
Sebastião Dantas Ramos - Contador CRC RJ-050305/O-3	

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2020. Rio de Janeiro 17 de março de 2021.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Principal assunto de auditoria. A Companhia e sua controlada possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferido ativos, relacionados a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. A Companhia e sua controlada reconhecem tais impostos diferidos ativos com base na existência de probabilidade razoável de que gerarão lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos. Devido às incertezas inerentes às projeções de resultado tributável futuro e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação dos impostos diferidos ativos e ao fato de a Companhia e sua controlada exercerem um julgamento significativo na determinação do valor dos lucros tributáveis futuros que são baseados em projeção de receita, custos e resultado financeiro, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Obtivemos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros elaboradas pela Companhia e sua controlada, incluindo a avaliação de política de aprovação dos orçamentos e premissas utilizadas na determinação das projeções estabelecidas pela administração da Companhia e sua controlada. Com o auxílio de nossos especialistas em impostos, avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como da base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que compõem a base tributável. Adicionalmente, envolvemos os nossos especialistas em finanças corporativas, que nos auxiliaram na avaliação das premissas e das metodologias utilizadas pela Companhia e sua controlada na elaboração das projeções de lucros tributáveis futuros, e comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas tais como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos estimados, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas e uma análise de sensibilidade na projeção de receitas e custos. Comparamos o orçamento para o ano corrente aprovado no exercício anterior com os valores reais apurados no ano corrente de forma a verificar a capacidade da Companhia em projetar resultados futuros. Comparamos o valor recuperável determinado pela Companhia com o valor contábil de cada UGC. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o valor recuperável dos impostos diferidos ativos e as respectivas divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 tomadas em conjunto.

4 - Reconhecimento da receita de locação. Conforme mencionadas nas Notas Explicativas nºs 2.2 (xxi), 3.8 e 27 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria.** A Companhia e sua controlada possuem receitas referentes à prestação de serviços, venda de máquinas e equipamentos e locação de ativos, sendo a sua principal fonte de receita a locação de máquinas e equipamentos, classificados como arrendamentos operacionais. A receita de locação é reconhecida de acordo com o período de locação, considerando as condições contratuais e conforme a extensão do consumo do benefício de uso das máquinas e equipamentos de locação. O reconhecimento da receita de locação envolve julgamento na determinação do momento de reconhecimento da receita, de acordo com o período de locação e considerando condições contratuais, na extensão do consumo do benefício de uso dos ativos de locação. Por essa razão e pela relevância da receita de locação no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Obtivemos o entendimento dos processos relacionados ao reconhecimento da receita, avaliando o desenho e a implementação dos controles internos. Realizamos teste de detalhe em uma amostragem selecionada com base na composição da receita de locação, avaliando sua existência por meio de análise da documentação suporte, como contratos, faturas, documentos de medição do consumo do benefício de uso dos ativos de locação e, quando aplicável, inspecionamos a liquidação financeira dos recebíveis reconhecidos decorrente da locação de ativos no exercício corrente. Adicionalmente, realizamos teste de detalhe sobre os critérios de reconhecimento de receita de locação referentes aos contratos realizadas próximas da data de encerramento do exercício social (

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.



Mills
*
SOLARIS

torção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional

da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo

Contador CRC RJ-091559/O-4